

AFLUENTES DO RIO



Mapeamento de experiências de abastecimento popular e solidário de alimentos no estado do Rio de Janeiro (2023)

AFLUENTES DO RIO



Realização:



ARTICULAÇÃO DE
AGROECOLOGIA DO
RIO DE
JANEIRO

Coordenação:



Parceria:



AGROECOLOGIA
em REDE

Financiamento:



AGROECOLOGY
FUND

Ficha técnica

A Articulação de Agroecologia do estado do Rio de Janeiro (AARJ) estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o documento Mapeamento de experiências de abastecimento popular e solidário de alimentos no estado do Rio de Janeiro (2023) seja citado como fonte. A versão eletrônica deste documento está disponível no site <https://aspta.org.br/>.

Mapeamento de experiências de abastecimento popular e solidário de alimentos no estado do Rio de Janeiro (2023)

Organização de análise de dados e elaboração do texto: **Ingrid Pena, Denis Monteiro, Claudia Job Schmitt, Juliana Torquato Luiz, Maria José Barral Villas Boas e Karina de Paula Carvalho**

Análise de dados e organização de mapa interativo: **André Biazoti e Helena Lopes**

Mobilização e articulação nas regionais da AARJ: **Adelaine Amorim, Aline Ferrari, Beatriz Vidal, Bruna Precioso, Débora Camilo, Fátima Trombini, Francis Alex Nunes, João Pedro Viola, Jozimara Teixeira, Maria Gambardelli, Rayssa Maria Reis Freire, Suyá Presta, Tatiana Amaral Bunahum Azzi e Thais dos Reis**

Coordenação editorial: **Denis Monteiro e Ingrid Pena**

Revisão de texto: **Sandra Faria de Resende Nascimento**

Projeto gráfico, capa, ilustrações e diagramação: **Beatriz Cancian**

Ficha catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Afluentes do rio [livro eletrônico] : mapeamento de experiências de abastecimento popular e solidário de alimentos no estado do Rio de Janeiro (2023) / organização Ingrid Pena...[et al.] ; coordenação Denis Monteiro, Ingrid Pena ; ilustração Beatriz Cancian. --

Rio de Janeiro : AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2024.

PDF Vários autores. Outros organizadores: Denis Monteiro, Claudia

Job Schmitt, Juliana Torquato Luiz, Maria José Barral Villas Boas, Karina de Paula Carvalho.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89039-35-8

1. Agroecologia 2. Agricultura familiar
3. Movimentos sociais 4. Políticas públicas
5. Rio de Janeiro (Estado) - Aspectos ambientais
6. Segurança alimentar I. Pena, Ingrid. II. Monteiro, Denis. III. Schmitt, Claudia Job. IV. Luiz, Juliana Torquato. V. Villas Boas, Maria José Barral. VI. Carvalho, Karina de Paula.

24-225030

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Alimentos : Agricultura 630

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Siglas

AARJ - Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do RJ
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEDAC - Centro de Ação Comunitária
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COONATURA - Consumidores Naturais do Rio
CPORG - Comissão de Produção Orgânica
CSA - Comunidade que sustenta a Agricultura
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GAE - Grupo de Agricultura Ecológica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA - Instituto Socioambiental
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
OCS - Organização de Controle Social
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul
PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais
PEAPO - Política Estadual de Agroecologia Produção Orgânica
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNPMF - Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF - Sistema Agroflorestal



SPG - Sistema Participativo de Garantia

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	08
1. TERRA, AGRICULTURA E ALIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
2. O MAPEAMENTO: CAMINHO METODOLÓGICO.....	15
3. RESULTADOS.....	22
3.1 Localização e abrangência das experiências.....	22
3.2 Campos temáticos.....	25
3.3 Gestão e organização das experiências.....	27
3.4 Identidades dos sujeitos.....	32
3.5 Categorias das experiências.....	39
3.5.1 Produção.....	40
3.5.2 Comércio.....	43
3.5.3 Beneficiamento.....	45
3.5.4 Acesso aos alimentos.....	46
3.5.5 Construção do conhecimento.....	49
3.5.6 Produção cultural e saúde.....	52
3.6 Acesso a políticas públicas.....	54
3.7 Conflitos, dificuldades, demandas e necessidades.....	55
4. ELEMENTOS PARA AGENDAS DE DEBATES E PESQUISAS.....	58
5. DO MAPEAMENTO PARA A PEAPO RJ.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

Apresentação

O movimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro é caracterizado pela sua diversidade e dinamismo, refletindo uma busca crescente pelo fortalecimento de agriculturas e estratégias de abastecimento que promovam o combate à fome, a conservação ambiental e a valorização dos sujeitos coletivos que emergem a partir dos territórios. A organicidade da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) é tecida a partir de uma série de identidades que se formam não apenas pela proximidade física, mas tendo por base uma rica trajetória de resistência e luta pela terra.

Os desafios políticos e econômicos enfrentados nos últimos anos levaram a um processo de reestruturação do movimento, com o objetivo de compreender em maior profundidade as distintas expressões da agroecologia existentes no estado, a partir da visão de seus protagonistas, intensificando o diálogo entre essas diversas iniciativas e fortalecendo sua articulação.

Como parte desse esforço, a AARJ realizou um mapeamento de experiências agroecológicas entre 31 de julho e 09 de outubro de 2023, por meio da plataforma Agroecologia em Rede. A iniciativa teve como objetivo identificar e qualificar experiências e estratégias inovadoras concebidas e conduzidas por agricultoras(es), movimentos sociais, pesquisadoras(es) e redes, em todas as regiões do estado do Rio de Janeiro. A partir dessas informações, buscou refletir sobre dificuldades e necessidades enfrentadas pelas experiências, além de fortalecer processos de incidência política em diferentes espaços de formulação, implementação e acompanhamento políticas públicas, com o intuito de avançar na criação, construção, implementação e regulamentação de novos instrumentos de intervenção governamental. O mapeamento também teve como propósito fortalecer a comunicação com a sociedade sobre a importância da agroecologia e suas potencialidades na construção de projetos de sociedade pautados no cuidado com a terra, na justiça social e na solidariedade.

As informações coletadas neste trabalho de pesquisa-ação em rede são a base para as análises aqui apresentadas, partindo da premissa de que as experiências representam vivências sistematizadas, inspiradas por princípios técnicos e valores sociais alinhados com a agroecologia. As análises apresentadas nesta publicação têm como foco esse conjunto diversificado de práticas, seus atores e formas de territorialização, e objetivam trazer elementos que possam contribuir para debates, reflexões e atualizações sobre o desenvolvimento da agroecologia no estado do Rio de Janeiro.

A partir dessas contribuições, buscamos impulsionar e fortalecer processos coletivos de reflexão, facilitar a troca de conhecimentos e promover intercâmbios que estimulem a construção coletiva de estratégias de ação e processos de incidência política articulados pela AARJ, ancorados em suas diferentes regiões e grupos de trabalho. O mapeamento reforça a importância de dar visibilidade às experiências e compreendê-las como parte de uma teia de relações que potencializa o movimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro e suas conexões com outros movimentos sociais. Isso ocorre em diferentes campos de lutas por direitos e políticas públicas, priorizando, especialmente, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAAA) e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) no contexto fluminense.

A primeira seção deste documento, intitulada “Terra, agricultura e alimento no estado do Rio de Janeiro: uma contextualização”, procura reconstituir, em linhas gerais, a trajetória da agricultura, do abastecimento alimentar e das relações campo-cidade no território fluminense, organizando também algumas informações sobre o atual quadro de insegurança alimentar no estado, agravado nos últimos anos pela pandemia e pelo desmonte das políticas públicas voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Na segunda seção, intitulada “O Mapeamento: caminho metodológico”, são fornecidas informações sobre o projeto *Afluentes do Rio* e sobre os percursos políticos e metodológicos escolhidos para realizar o mapeamento das experiências. Nesta parte do trabalho são também apresentados os municípios que compõem cada regional da AARJ.

Os principais resultados do mapeamento foram sistematizados na terceira seção, que foi dividida em diferentes subseções, utilizando as seguintes chaves de leitura: localização e abrangência das iniciativas; campos temáticos trabalhados, tendo como base a tipologia proposta pelo sistema Agroecologia em Rede; gestão e organização das experiências; identidades dos sujeitos envolvidos; focos de atuação das experiências (produção, comércio, beneficiamento, acesso a alimentos, construção do conhecimento e produção cultural e/ou saúde); acesso a políticas públicas; e conflitos, dificuldades, demandas e necessidades enfrentados pelos diferentes atores envolvidos na implementação das experiências analisadas.

Na sequência, são apresentados elementos para uma agenda de debates e pesquisas relacionada à agroecologia no estado do Rio de Janeiro. Por fim, a seção final enfatiza a relevância da participação sociopolítica e do controle social na concepção e execução da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica (PEAPO), instituída no Rio de Janeiro a partir de 2019. Destaca-se, também, a necessidade da AARJ e seus grupos de trabalho se apropriarem dos resultados do mapeamento para influenciar as disputas políticas existentes e assegurar o acesso da população fluminense à PEAPO.



1. Terra, agricultura e alimento no estado do Rio de Janeiro: uma contextualização

Na trajetória histórica do estado do Rio de Janeiro, a agricultura assumiu diferentes expressões, reforçando a diversidade biológica e cultural do território fluminense. A geografia variada do estado, que inclui áreas costeiras, baixadas, manguezais e serras, contribuiu para essa diversificação. O encontro colonial que subordinou essas terras e seus habitantes originários à metrópole portuguesa a partir do século XVI produziu um tecido heterogêneo e desigual de relações envolvendo povos indígenas, descendentes de europeus, povos escravizados de origem africana e migrantes provenientes de diferentes regiões do Brasil. As grandes monoculturas de exportação e os modos de habitar dos colonizadores, ainda que dominantes, conviveram historicamente com as sociedades indígenas e com toda uma diversidade de formas de uso da terra e de produção de alimentos, fibras e utensílios desenvolvidas por camponeses (proprietários e não proprietários de terra), quilombolas, pequenos agricultores urbanos e periurbanos, caiçaras, pescadores artesanais, entre outros grupos. Uma grande diversidade de práticas agrícolas e alimentares está associada a esses distintos modos de vida.

No século XVIII, o Rio de Janeiro desempenhou um papel crucial no abastecimento da região aurífera de Minas Gerais. Com o declínio da mineração, a agricultura fluminense passou a suprir a cidade do Rio de Janeiro, especialmente após a chegada da corte portuguesa em 1808, que incentivou a construção de infraestrutura viária para estimular o comércio e o povoamento (Trabuco, 2022). Essa época também foi marcada pela intensificação do cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café, que transformou o Vale do Paraíba e outras regiões, utilizando práticas agrícolas que incluíam o desmatamento e o uso de mão de obra escravizada.

A expansão do café no século XIX teve um impacto significativo, tanto ambiental quanto social (Pádua, 2002). A Mata Atlântica foi amplamente desmatada para dar lugar às plantações, que utilizavam métodos como a derrubada e queima da mata. Este período também coincidiu com o auge do regime escravista, com milhões de toneladas de café exportadas através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. O desmatamento associado ao cultivo do café resultou na degradação dos solos, que, após alguns anos, eram abandonados para novas áreas serem abertas.

Nos mais de quatro séculos transcorridos desde o início da colonização em território brasileiro, 90% da área coberta pela Mata Atlântica foi desflorestada, restando hoje cerca de 12,5 % desta cobertura original, considerando todos os remanescentes, incluindo aí os fragmentos com menos de 100 hectares (Pádua, 2015, p. 236).

Com a abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravizados migraram para as cidades, devido à falta de políticas de reforma agrária. No campo, as relações de trabalho foram reconfiguradas, mas continuaram marcadas pela dependência e subalternidade. A presença no espaço territorial fluminense de diferentes comunidades quilombolas, no campo e na cidade, nos remete, justamente, a uma intensa trajetória de lutas por autonomia social e territorial, protagonizadas por estas comunidades desde o período colonial.

No século XIX, a produção de alimentos para o Rio de Janeiro exigia uma estrutura complexa de transporte e comercialização, algo que os pequenos produtores não conseguiam sustentar sozinhos. Esses produtores, localizados na periferia, entregavam seus produtos a empresas maiores ou vendiam seus excedentes em mercados ambulantes. Havia uma distinção clara entre produtos de consumo amplo, destinados às camadas mais abastadas, e produtos mais acessíveis, voltados para a população de menor poder aquisitivo. Com o tempo, grandes firmas de fazendeiros-comerciantes dominaram o mercado, especialmente as que estavam ligadas às produções de Minas Gerais e do litoral fluminense (Linhares, 1979).

Até o início do século XX, a organização do espaço agrário fluminense era dominada pelo capital agrário e mercantil.

Alentejano (2005) identifica quatro regiões distintas, refletindo formas diferenciadas de ordenamento do território: i) O Vale do Paraíba, controlado pela oligarquia cafeeira, sofria grandes impactos ambientais devido à cultura do café; ii) As baixadas, que se estendiam até o Espírito Santo, eram dominadas pela oligarquia canavieira, com engenhos de açúcar e canaviais; a Baixada da Guanabara, com diversas atividades exportadoras, estava sob controle do capital comercial, que administrava a área navegável da baía e os rios; e a região de topografia acidentada, incluindo a Serra dos Órgãos, permanecia como uma área de fronteira, abrigando campesinato, antigos trabalhadores escravizados e imigrantes, sem a reivindicação expressiva do capital.

No início do século XX, a crise do café e a urbanização transformaram o cenário agrário. No Vale do Paraíba, a decadência da cafeicultura levou ao crescimento da pecuária extensiva, enquanto a Baixada Fluminense enfrentou estagnação econômica com a desestruturação da navegação fluvial, substituída pelas ferrovias. Nos anos 1930, a Baixada passou por grandes obras de saneamento e projetos de colonização, visando criar um cinturão agrícola para abastecer o Rio de Janeiro. Esses esforços resultaram na disseminação de culturas como a laranja em municípios como Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Atualmente, há um número bastante significativo de iniciativas voltadas à promoção da agroecologia na região da Baixada Fluminense.

A metropolização a partir dos anos 1950 e 1960, com a especulação imobiliária e a transferência de indústrias e moradias para a Baixada Fluminense, deslocou a produção agrícola para outras regiões do estado, como a Região Serrana. A modernização da agricultura nos anos 1970, impulsionada por políticas de crédito agrícola, levou à especialização em cadeias produtivas, especialmente na produção de hortaliças, com uso intensivo de insumos agrícolas e agrotóxicos (Palm, 2021).

Nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, o turismo se tornou um dos principais vetores de desterritorialização das populações rurais. Esse processo foi fomentado pela construção da ponte Rio-Niterói - facilitando o acesso à Baía de Ilha Grande e à região dos Lagos - pela abertura de estradas como a Rio-Santos e pelo asfaltamento da estrada Rio-Campos, redundando em processos, muitas vezes violentos,

de apropriação de terras (Alentejano, 2022). A exploração da Bacia de Campos pela Petrobras alterou significativamente os municípios do Centro-Norte do estado do Rio de Janeiro ao Sul do Espírito Santo.

Na primeira metade do século XX, a ocupação das terras ao redor do Rio de Janeiro foi marcada pela especulação imobiliária devido à expansão urbana e pelo crescimento das atividades agrícolas, resultado de grandes obras de infraestrutura e do fracionamento de grandes fazendas situadas onde hoje identificamos como Região Metropolitana (Trabuco, 2022). Isso levou a um aumento dos fluxos migratórios para a Baixada Fluminense e a diversos conflitos fundiários. Esses conflitos resultaram em desapropriações de terras e criação de assentamentos nas décadas de 1950, 1960, 1980 e 1990, com um movimento significativo de luta pela terra no Norte Fluminense a partir dos anos 1990, impulsionado por movimentos sociais (Alentejano, 2022).



2. O mapeamento: caminho metodológico

O mapeamento de experiências de abastecimento popular e solidário de alimentos no estado do Rio de Janeiro é um dos objetivos do projeto “Da prática à política: experiências e redes de agroecologia em defesa da alimentação saudável e adequada no Brasil (Afluentes do Rio)”. Foi promovido pela AARJ e elaborado por um arranjo institucional diverso e colaborativo, constituído por movimentos sociais, movimentos de agricultores e agricultoras, Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições de pesquisa e redes de pessoas e organizações com atuação em diferentes escalas. É coordenado pela AS-PTA e apoiado pelo Agroecology Fund.

O projeto é voltado a três objetivos centrais: (1) mapeamento e análise participativa de experiências agroecológicas no estado do Rio de Janeiro; (2) sistematização de experiências de produção e abastecimento popular em favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro; (3) produção de materiais de comunicação, documentos analíticos e de um boletim de política (*policy brief*), visando influenciar incidências, a participação e o controle social relacionado às políticas públicas. O que dá chão a tais objetivos é a histórica valorização do exercício de sistematização de experiências em agroecologia, defendida e mobilizada pelo movimento agroecológico como um dos pilares da atuação em rede, assim como o fortalecimento dos sujeitos coletivos que dão vida à agroecologia e à diversidade de agriculturas e territorialidades existentes no país. Nesse contexto, tem-se o contínuo desafio de atualização dos olhares sobre a agroecologia na sociedade fluminense e as aprendizagens e construções coletivas que qualificam o campo de lutas e o debate político em defesa dos direitos.

No Seminário “Afluentes do Rio: experiências mapeadas pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e o desafio das políticas públicas”, realizado em 29 de setembro de 2023, foram apresentados e debatidos alguns resultados preliminares do mapeamento. Esse evento ocorreu em um contexto de retomada de políticas públicas focadas na

agricultura familiar, agroecologia e promoção do desenvolvimento rural nos níveis nacional e estadual, considerando a identidade e diversidade dos participantes desse processo. O seminário proporcionou uma reflexão crítica sobre as considerações preliminares do mapeamento, registrando propostas políticas emergentes e oferecendo subsídios valiosos para a elaboração das análises realizadas posteriormente.



Figura 1: Seminário “Afluentes do Rio”, em 29 de setembro de 2023.

Além do Seminário “Afluentes do Rio”, os resultados do mapeamento foram discutidos em outras ocasiões, como por exemplo o seminário sobre políticas estaduais de agroecologia realizado no 12o Congresso Brasileiro de Agroecologia, em novembro de 2023, e o encontro da coordenação política da AARJ, em fevereiro de 2024. Neste último, participaram representantes de quase todas as regionais da AARJ. Coletivamente, foram identificadas algumas prioridades de ação e encaminhamentos com base em resultados do mapeamento.

O mapeamento foi conduzido associado à dinâmica organizativa da AARJ em suas regionais, configuradas a partir de aspectos como pertencimento, identificação e interação entre redes, instituições, coletivos e movimentos sociais nos territórios. Essas oito regiões refletem não apenas uma divisão geográfica, mas também uma diversidade cultural, social e econômica.

Para a coleta de informações e mobilização no estado do Rio de Janeiro, foram indicadas/os mobilizadoras/es por representantes das regionais da AARJ que integram o grupo da coordenação política da rede. Foram conduzidas oficinas presenciais e virtuais que forneceram orientações sobre o mapeamento e sobre o uso da plataforma Agroecologia em Rede (AeR).

As oito regionais da AARJ, seus municípios de abrangência e as/os mobilizadoras/es responsáveis são:

1. Metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João do Meriti, Seropédica e Tanguá.

Mobilizadora: *Thais dos Reis*

2. Costa Verde: Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty e Ubatuba (município de São Paulo que atua nas atividades promovidas pela articulação).

Mobilizadores: *Débora Camilo e Suyá Presta*

3. Serramar: Araruama, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio das Ostras, Silva Jardim, Tanguá.

Mobilizadora: *Rayssa Maria Reis Freire*

4. Serrana: Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis.

Mobilizadora: *Tatiana Amaral Bunahum Azzi*

5. Serrana Leste: Bom Jardim, Conceição de Macabu, Duas Barras, Nova Friburgo, Sumidouro e Trajano de Moraes.

Mobilizadores: *João Pedro Viola e Bruna Precioso*

6. Médio Paraíba: Areal, Barra do Piraí, Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Paulo de Frontin, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

Mobilizadores: *Aline Ferrari, Beatriz Vidal, Fátima Trombini, Francis Alex Nunes e Maria Gambardelli.*

7. Norte: Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Itaperuna, Macaé, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Mobilizadora: Adelaine Amorim

8. Noroeste: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Itaocara, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis e São José de Ubá.

Mobilizadora: Jozimara Teixeira

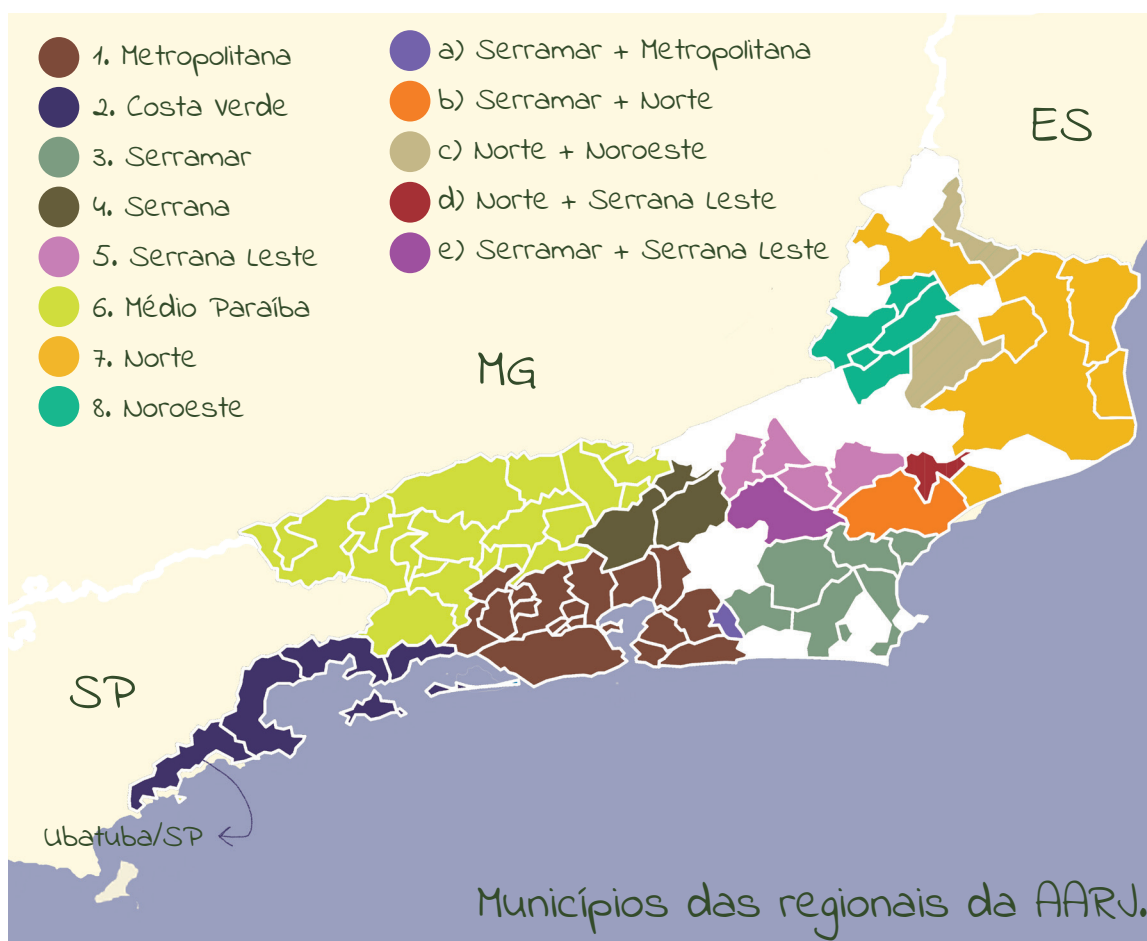


Figura 2: Regionais da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

O Agroecologia em Rede (AeR) é um sistema de informações criado no início dos anos 2000, por meio de uma colaboração entre a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Cooperativa Eita e diversas outras redes e organizações. Funcionando como uma plataforma virtual, o AeR disponibiliza uma infraestrutura baseada em tecnologias de informação de código aberto, permitindo que redes ligadas à agroecologia se auto identifiquem e mapeiem suas experiências de acordo com critérios e categorias que elas estabelecem. Assim, a plataforma contribui para a organização de dados e informações essenciais para pesquisas, mapeamentos e sistematizações de experiências em agroecologia.

Após mais de dez anos de um grande mapeamento realizado pela AARJ e que resultou na publicação “Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro” (AS-PTA; PACS, 2014)¹, o mapeamento realizado em 2023 se deu num contexto social, político, econômico, cultural, ambiental, territorial, científico e metodológico bem distinto.

O Brasil viveu, principalmente entre 2016 e 2022, um processo de desconstrução dos marcos democráticos estabelecidos pela Constituição de 1988, em uma trajetória que teve como importante ponto de virada o golpe que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, substituída pelo Vice-Presidente Michel Temer. O golpe culminou com a eleição para a Presidência da República de Jair Bolsonaro, do Partido Liberal, em 2018. Este percurso foi marcado por uma série de ameaças à jovem democracia brasileira, com a desconstrução de políticas públicas e sociais e direitos legalmente constituídos. Esse processo foi acompanhado por uma perseguição violenta e mesmo pela criminalização de diferentes grupos sociais, assumindo os contornos

¹ Ver também o documentário disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=FHvPXGfnFZI>
Acesso em: 13 jul. 2024.

de um exercício de necropolítica². Esse processo de fragilização das instituições governamentais e de um amplo conjunto de mecanismos de participação e controle social contribuiu para o aprofundamento de uma exploração degradante – humana, ecológica e territorial – dos diferentes biomas do país. Em 2020, a pandemia de Covid-19, com mais de 700 mil mortos no Brasil, aprofundou ainda mais o contexto histórico de desigualdades sociais e violências no campo e na cidade.

Quando o livro “Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro” (AS-PTA; PACS, 2014) foi publicado, não havia uma política estadual de agroecologia. Entretanto, o Brasil saía do Mapa da Fome das Organizações da Nações Unidas.

Em 2022, o “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil”, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) apontou que 33,1 milhões de pessoas, no Brasil, não têm garantido o que comer. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convivia com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (Rede PENSSAN, 2022).

No estado do Rio de Janeiro, o movimento de fragilização e desconstrução de espaços públicos de debate, capacidades estatais e programas e ações governamentais liderados pelos governos Temer e Bolsonaro, intensificaram e ampliaram as margens de manobra para a implantação de projetos autoritários e excludentes de desenvolvimento. Verificou-se, entre 2018 a 2022, um aumento de 400% no percentual de pessoas sem ter o que comer ou 16% da população fluminense (Rede PENSSAN, 2022). Cerca de metade da população fluminense (2,7 milhões de pessoas) enfrentava algum grau de insegurança alimentar.

O Rio de Janeiro é o estado com o maior percentual de pessoas procurando emprego por dois anos ou mais (IBGE, 2023). Além disso, 82% da população de comunidades e favelas depende de doações para se alimentar (CUFA; Instituto Locomotiva, 2022). Isso significa que parte das pessoas que produzem comida de verdade também enfrenta a fome no seu cotidiano.

² Termo cunhado pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe.

Atualmente, em meio a inúmeros retrocessos dos anos anteriores, o país tem lutado para reverter o quadro dramático de fome e de insegurança alimentar e nutricional. Com a retomada de políticas públicas federais de segurança alimentar e nutricional a partir do governo Lula, em 2023, pesquisa do Instituto Fome Zero apontou que 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome entre 2022 e 2023 (Brasil, 2024).

As experiências contadas e analisadas no estado do Rio de Janeiro refletem o contexto mencionado e, de muitas formas, resistem e apontam caminhos.



3. Resultados

3.1 Localização e abrangência das experiências

Entendermos onde as experiências foram mapeadas é importante para compreendermos a territorialização do movimento agroecológico, assim como os conflitos e desafios enfrentados nessas regiões e seus potenciais ecológicos e sociais. Localizar as experiências nos permite qualificar a reflexão sobre suas contribuições para estratégias alternativas de desenvolvimento nos territórios.

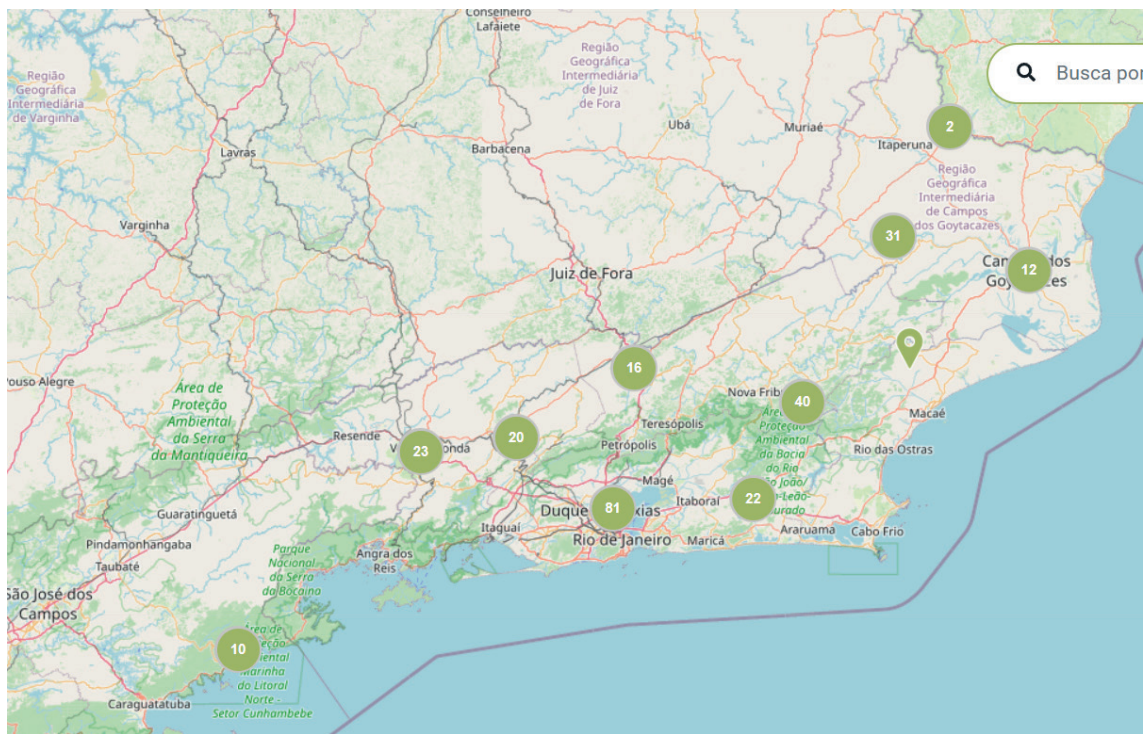


Figura 3: Localização das 260 experiências em agroecologia mapeadas no Rio de Janeiro. Projeto Afluentes do Rio, 2023. Fonte: Agroecologia em Rede (2023).

As regiões Metropolitana e Médio Paraíba apresentam o maior número de experiências mapeadas, seguidas por Serrana Leste, Serramar, Noroeste Norte, Costa Verde e Serrana (Figura 4).

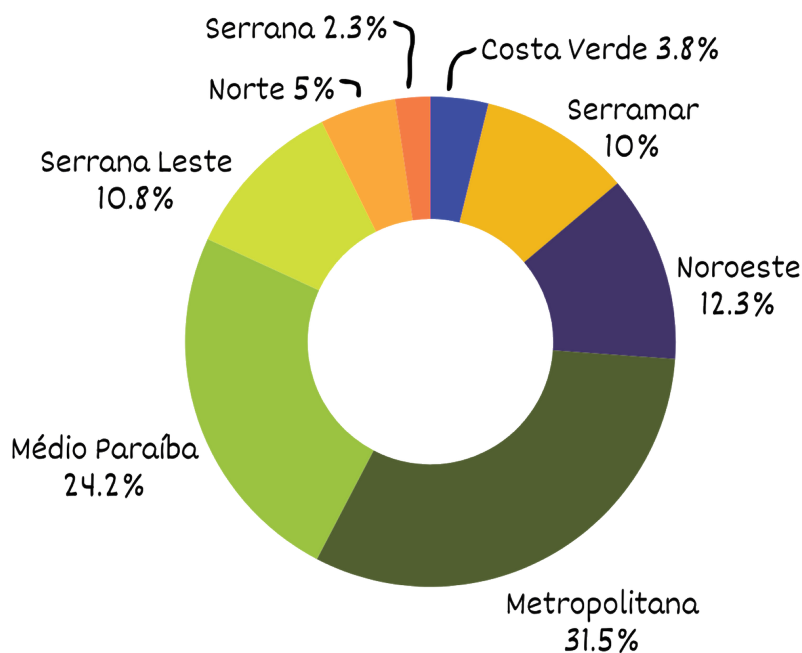


Figura 4: Regionais da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro onde estão as 260 experiências mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Sendo o mapeamento uma estratégia para fortalecer a construção de redes nos territórios, é importante cada uma das regionais avaliarem as experiências que estão representadas no mapeamento; refletirem como o mapeamento atualiza e qualifica suas articulações, redes e mobilizações coletivas nos territórios; quais experiências são conhecidas na região, estão vivas no território e ainda não estão articuladas com a regional ou integram outras coletividades que poderiam ser agregadas ao movimento agroecológico no estado, dentre outras reflexões que podem contribuir para orientar as ações e estratégias de cada região.

De acordo com os dados do mapeamento, 58,5% das iniciativas em agroecologia no estado articulam o rural e o urbano ou estão localizadas em áreas urbanas, enquanto 41,5% estão no meio rural (Figura 5).

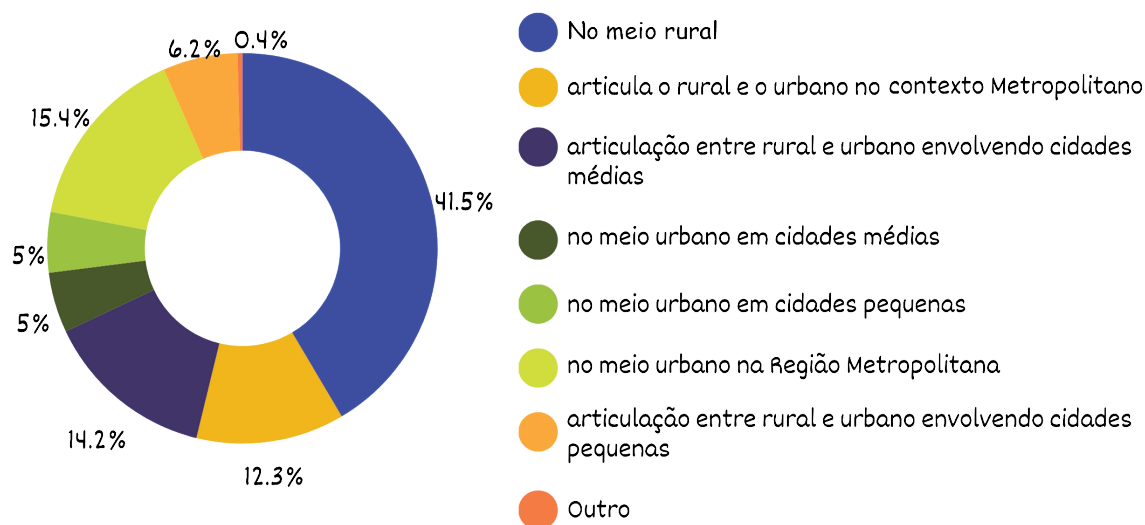


Figura 5: O rural e o urbano nas 260 experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Conforme ilustra a Figura 5, quase a metade das experiências (41,5%) se desenvolve no “meio rural” e mais de 30% das experiências estão localizadas na regional metropolitana. Em seguida, mas com um distanciamento numérico, 14,2% indicam a relação entre rural e urbano “envolvendo cidades médias”, seguidos por 12,3% que “articulam o rural e o urbano no contexto metropolitano”.

Essa análise abrange diversas categorias que englobam o ambiente urbano, abrangendo a Região Metropolitana, cidades médias (com mais de 50 mil habitantes) e cidades pequenas (com menos de 50 mil habitantes), bem como iniciativas que envolvem uma integração entre áreas rurais e urbanas.

De acordo com Prado (2015), os mecanismos de resistência dos modos de vida do mundo rural coexistem e disputam o sistema alimentar em meio às práticas modernas, e revelam conexões com as cidades e regiões metropolitanas. Assim, os dados apresentados não são uma contradição; antes, reforçam identidades relacionadas às ruralidades também presentes nas urbanidades das regiões e dos espaços identificados. Além disso, relacionam-se a modos de vida, a escalas e tipologias de cultivos de alimentos. As relações socioespaciais que estão sob a égide da racionalização hegemônica, que separam e dicotomizam rural e urbano (mas que também quebram tal

dicotomização), grafam experiências de agroecologia no território e demonstram na prática as articulações entre rural e urbano.

As principais escalas de abrangência das experiências são de âmbito municipal e intermunicipal, o que denota a predominância de uma diversidade de experiências “locais” e conexões com o território. O mapeamento mostra também que as experiências podem ter conexões para além dos seus municípios, com a participação em redes e articulações regionais (Figura 6).

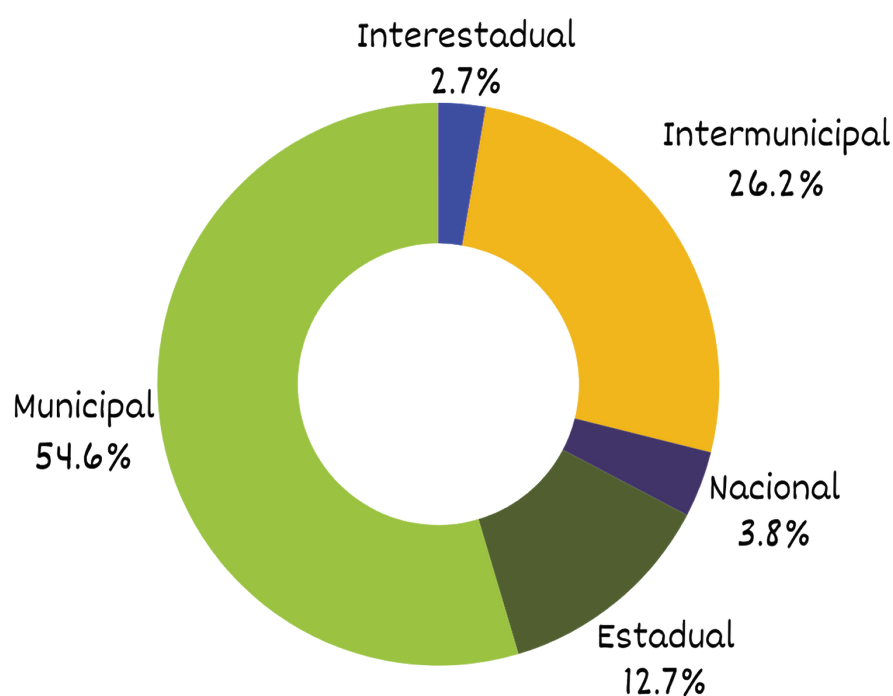


Figura 6: Abrangência das experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

3.2 Campos temáticos

Os quatro campos temáticos mais apontados são: Alimentos, Segurança e Soberania Alimentar (SAN) (206); Manejo dos Agroecossistemas (134); Educação e Construção de Conhecimento Agroecológico (116) e Agricultura Urbana e Periurbana (95) (Tabela 1).

Temas	
Alimento, Segurança e Soberania Alimentar	206
Manejo de agroecossistemas	134
Educação e Construção do Conhecimento	116
Agricultura Urbana e Periurbana	95
Biodiversidade e Bens Comuns	77
Economia Solidária e outras economias	61
Resiliência Socioecológica e Mudanças Ambientais	54
Terra, Território e Ancestralidade	51
Agrotóxicos e Transgênicos	50
Cooperativismo e outros arranjos comunitários	49
Mulheres e Feminismos	49
Arte, Cultura e Comunicação	48
Construção social de Mercados	44
Águas e Saneamento	40
Campesinato, Povos, Comunidades Tradicionais e outros modos de vida	36
Práticas de Cuidado em Saúde e Medicina Tradicional	36
Juventudes	31
Políticas Públicas e fomento	31
Impactos das grandes obras, empreendimentos e outras violências	7
Outros	7

Tabela 1: Campos temáticos das 260 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Os dados evidenciam a importância conferida à questão da segurança alimentar e nutricional pelas experiências em agroecologia no estado. Essa informação reforça a importância de a articulação entre as políticas públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional e o enfrentamento da fome contemplar com prioridade ações de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia como estratégia para aumentar a oferta de alimentos saudáveis.

A experiência em *agricultura urbana* mais antiga mapeada está na Regional Metropolitana, na cidade do Rio de Janeiro, e foi criada em 1986. O “**Minhocário Arboreum**” é uma experiência que surgiu da necessidade de trabalhar com adubo orgânico e criação de minhocas no Rio de Janeiro. Hoje a experiência dedica um espaço para a produção com hortaliças, horta sensorial e mandalas. A experiência dá destaque às suas ações em educação ambiental, oferecendo vivências e atendimentos a mais de 150 creches, escolas e universidades.



3.3 Gestão e organização das experiências

A gestão das experiências é majoritariamente familiar, abrangendo 39% do total. Em seguida, a gestão conduzida de forma coletiva/comunitária corresponde a 33%. Foram também identificadas experiências sob gestão individual e associativa/cooperativa (ver Figura 7). Além disso, foi mencionada a gestão institucional por prefeituras e secretarias, assim como a gestão conduzida por grupos de professores e estudantes de institutos federais e universidades.

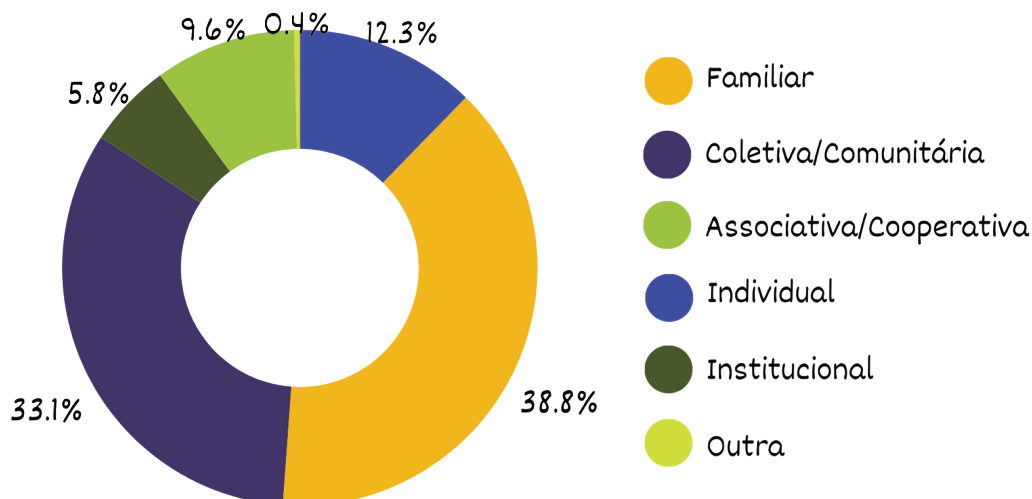


Figura 7: Formas de gestão das 260 experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

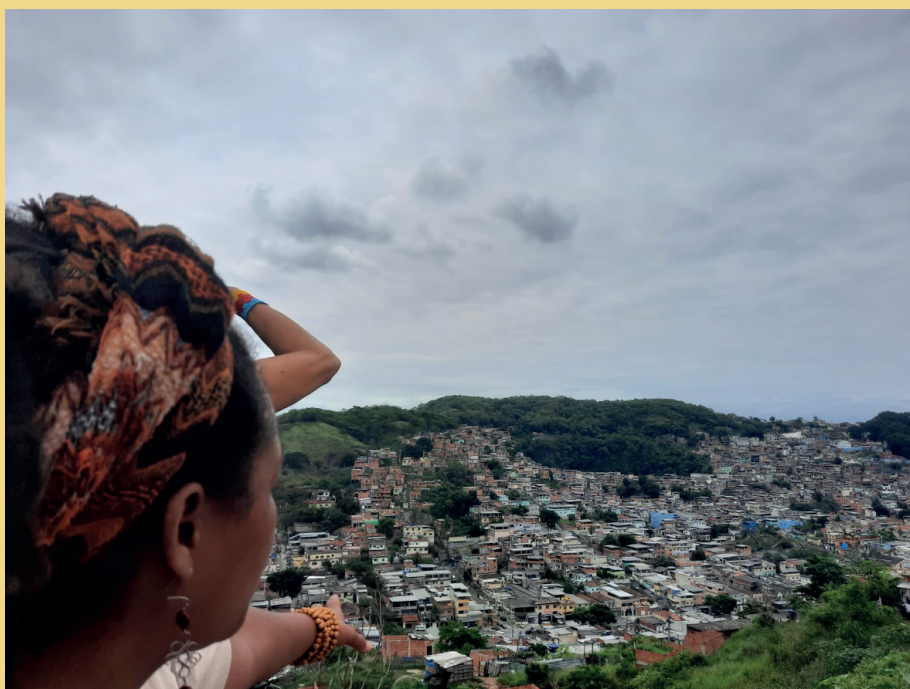
Embora um número significativo de experiências tenha sido identificado como de gestão familiar, o mapeamento identificou diversos mecanismos de gestão de recursos de uso coletivo, como espaços para as práticas agrícolas e para a manipulação, processamento e comercialização de plantas medicinais.

A Roça de Ivanildes e família, é uma experiência situada na Costa Verde desde 2015, de gestão coletiva e comunitária, conduzida por indígenas na Aldeia Yaka Porã – Rio Bonito, no Sertão de Itamambuca, em Ubatuba (SP). A experiência consiste no cultivo de milho, feijão, mandioca, banana, cana, jussara, cambuci, hortaliças e ervas, temperos e plantas frutíferas, gerindo a terra, as sementes e as águas. O grupo também faz pamonha com o milho cultivado e cuida de uma agrofloresta, além de atuar com turismo de base comunitária.

Para os indígenas mbya guarani que gerem essa experiência, cultivar é seu estilo de vida, seu modo de ser, seu *Nhandereko*. Os cultivos garantem a subsistência e são responsáveis pela comercialização, gerando renda em seu território para fortalecimento e abastecimento das famílias e de outras iniciativas de combate a insegurança alimentar na região, como o projeto Costurando Autonomia, também mapeado na região da Costa Verde.



A experiência “**Agricultura urbana para além do plantar, cultivando territórios do bem viver na Serra da Misericórdia**” também tem a característica de gerir as várias etapas do processo produtivo, desde a lida com a terra, com a água, com as sementes, passando pela gestão dos projetos, a compra coletiva de insumos, a gestão de espaços coletivos, e a comercialização. Criada em 2012, articulando meio rural e urbano na regional metropolitana, a experiência é gerida majoritariamente por mulheres negras e enfoca a produção agroecológica no Complexo da Penha, no município do Rio de Janeiro. Fomenta uma escola popular, encontros de quintal, roda de mulheres, cozinha coletiva, trabalho em saúde e agroecologia, com um olhar para a formação política, a preservação ambiental, a produção da soberania e o resgate de saberes populares sob as bases da cidadania, da comunicação e da agricultura urbana.



Participação em redes:

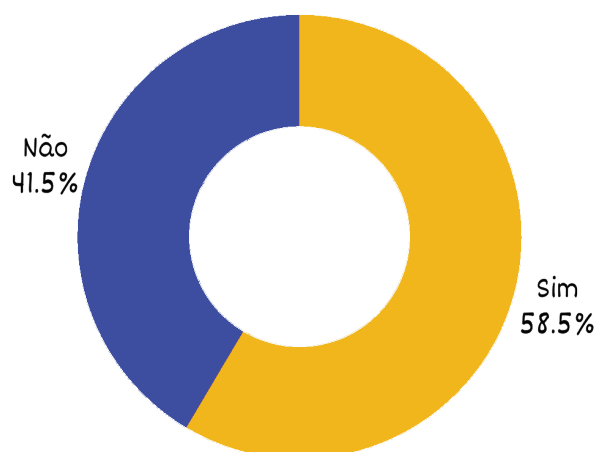


Figura 8: Participação em rede das 260 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

No que tange à participação em redes, 58,5% das experiências afirmaram fazer parte de redes como AARJ (97), Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU (33), Articulação de Agroecologia Médio Paraíba do Sul (21), Rede Fitovida (16), Rede Favela Sustentável (8), Arranjo Local de Guaratiba (6), Teia de Solidariedade da Zona Oeste (3), Rede Ecológica (3) e Associação de Produtores Orgânicos do Baixo Noroeste (3).

Gênero e raça

Os dados do mapeamento revelam que 38% das experiências são geridas por mulheres, 15% por homens e as restantes são identificadas como sendo geridas igualmente por homens e mulheres (Figura 9). Esses números destacam o papel central das mulheres na gestão de experiências em agroecologia, conforme evidenciado por diversos estudos.

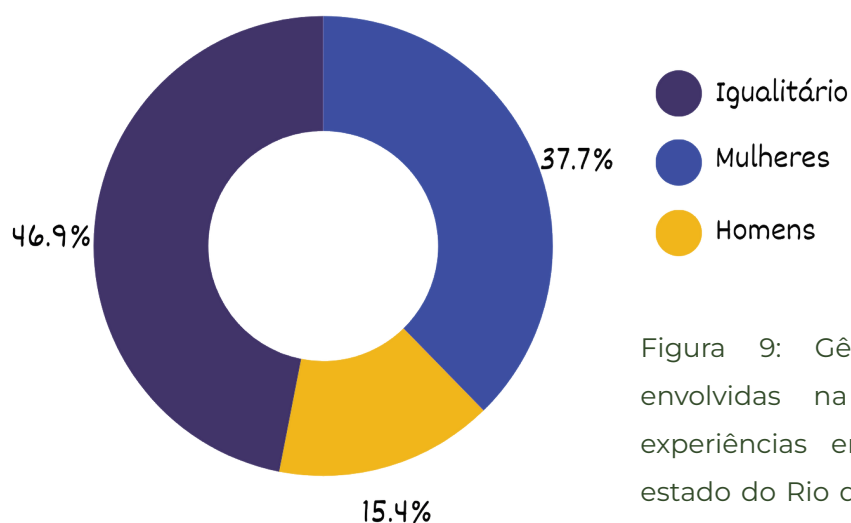


Figura 9: Gênero das pessoas envolvidas na gestão das 260 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

A presença de mulheres em espaço de gestão e liderança pode oferecer subsídio para a identificação de como essas experiências manifestam as práticas femininas, tanto em relação ao manejo do território e dos recursos quanto em relação às dinâmicas sociais e políticas.

Em termos de raça, 22% das iniciativas identificaram ser a gestão feita majoritariamente por pessoas negras (pretas e pardas), 47,5% têm como responsáveis, majoritariamente, pessoas brancas, 19% identificam a gestão como igualitária entre pessoas brancas e negras e 1,5% tem à frente da gestão pessoas indígenas (Figura 10).

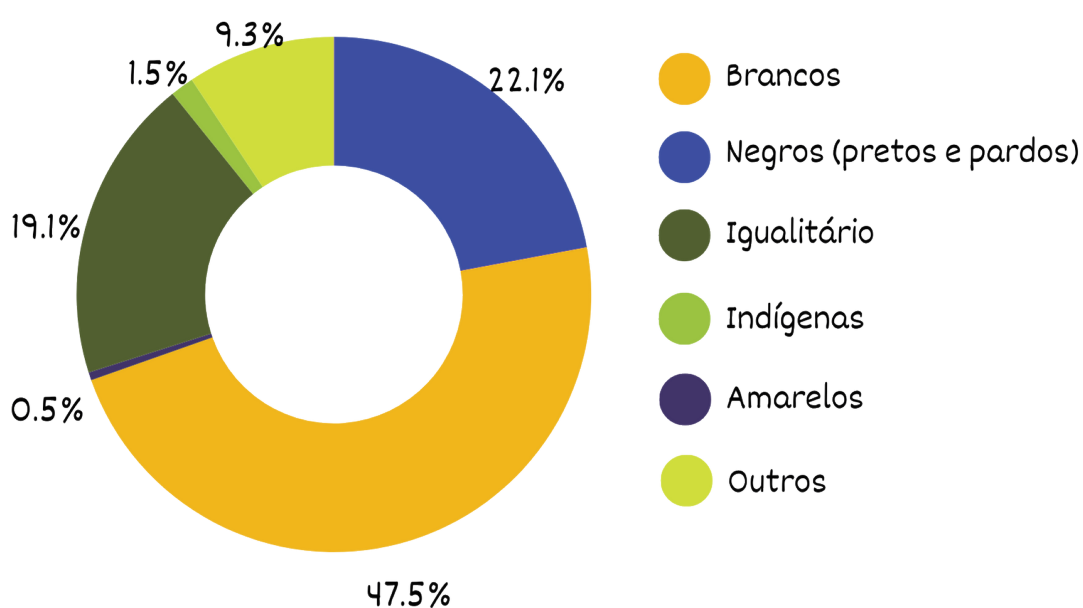


Figura 10: Raça das pessoas envolvidas na gestão das 260 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

É amplamente reconhecido que a agricultura praticada pelas comunidades quilombolas e indígenas representa uma das raízes fundamentais da agricultura camponesa no Brasil. Essas práticas ancestrais não apenas garantiam a subsistência, fornecendo alimentos e cuidados à saúde, mas também eram fundamentais para o desenvolvimento de relações econômicas e políticas por meio das redes de comércio que conectavam essas comunidades com os centros urbanos, distribuindo os produtos da terra.

Portanto, a agroecologia no Brasil e em outros países da América Latina tem suas bases profundamente enraizadas nesse passado de lutas e resistências. As diferenças raciais na gestão das experiências

evidenciadas no mapeamento refletem, em grande medida, as desigualdades estruturais e históricas no acesso à terra e aos recursos, enfrentadas por pessoas negras e indígenas em comparação com pessoas brancas.

3.4 Identidades dos sujeitos

Agricultores familiares e camponeses	192
Educadoras/es e professoras/es	87
Agricultoras/es urbanas/os	73
Estudantes	63
Movimentos sociais	51
Juventudes e crianças	50
Artesãs/ãos	45
Pesquisadoras/es	44
Assentados/as de Reforma Agrária	41
Extensionistas rurais e técnica/os	38
Movimento de mulheres/feminista	38
Consumidores	31
Agricultores/as sem terra	27
Integrantes de ONGs e profissionais autônomos	26
Apicultores e meliponicultores	20
Povos e comunidades tradicionais	19
Gestores públicos	19
Profissionais de saúde	17
Outros	16
Povos indígenas	8
Pescadoras/es artesanais	5
Integrantes de instituições religiosas	5
Grupos atingidos por grandes empreendimentos	4
Sindicalistas	2

Tabela 2: Identidades dos sujeitos das 260 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Dados do mapeamento apontam para uma variedade de identidades dos sujeitos que compõem as experiências, apresentando um panorama heterogêneo e complexo que envolve tanto os ofícios, as práticas agrícolas dentro de seus territórios, as relações com a natureza

e os vínculos territoriais e de parentesco em suas atividades laborais (Tabela 2). As principais identidades citadas foram agricultoras(es) familiares e camponesas(es) (192 experiências); educadoras(es) e professoras(es) (87 experiências) e agricultoras(es) urbanas(os) (73 experiências).

Quanto à categoria “outros”, vale pontuarmos que existem nomenclaturas dadas pelos interlocutores das experiências que não foram contempladas pelo mapeamento: casal neorrural; ambientalistas; voluntários do mundo inteiro; culinaristas/cozinheiros/ gastronomia artesanal; moradores de favelas.

A identificação com uma categoria identitária dos sujeitos se soma com muitas outras. Por exemplo, 73 experiências identificaram a participação de agricultoras(es) urbanas(os) e, dentre essas, 48 também mencionaram a participação de agricultoras(es) familiares e camponesas(es). Este dado pode indicar que no âmbito das concepções identitárias e territoriais, o campo e a cidade, o urbano e o rural, não estão separados. Estes são territórios constituintes da experiência agroecológica e das relações sociais que formam essas identidades.

Favela no mapa

O mapeamento revela a presença, tanto direta quanto indireta, de sujeitos ligados às comunidades e favelas, seja como realizadores ou como beneficiários, em 12 experiências identificadas. Dentre essas, podemos caracterizar: todas estão situadas na Regional Metropolitana e três delas reconhecem articular, em seu desenvolvimento, meio rural e urbano. Das 12 experiências, quatro são geridas principalmente por mulheres negras.

Essas experiências envolvem sujeitos como agricultoras(es) familiares e camponesas(es), juventudes e crianças, extensionistas rurais e técnicas(os), artesãs(os), movimentos sociais, agricultoras(es) urbanas(os), movimento de mulheres/feministas, moradores de favela, grupos atingidos por grandes empreendimentos, integrantes de ONGs e profissionais autônomos, profissionais de saúde, pesquisadores, educadoras(es) e professoras(es), estudantes e consumidores.

Algumas experiências que apresentam algum tipo de integração com o território favela:

Horta na Laje da Val, experiência agroecológica existente desde 2016. É de gestão familiar, na Região Metropolitana, e tem abrangência intermunicipal em Magé, Maricá, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, beneficiando até 20 pessoas. É gerida por mulheres autodenominadas de agricultoras urbanas. Está situada mais na comunidade de Roquette Pinto, uma das dezesseis favelas do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Estabelece parceria com os Quintais Produtivos da Colônia e com o projeto Ricardo Barriga. A experiência se dedica à produção e à doação de mudas como ora-pro-nobis, hortelã graúda, boldo, chaya, entre outras. Trabalha com temas como Juventudes, Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico, e Mulheres e Feminismos. Reconhece como dificuldade o acesso à assistência técnica e aos insumos, como ferramentas, terra e sementes crioulas. “No contexto urbano, uma das principais dificuldades enfrentadas é o acesso à terra para o plantio. Geralmente, a única opção viável é a compra de terra, cujo valor nem sempre é acessível”.





Campanha Campo e Favela Dando as Mãos Contra a Fome é uma experiência da Rede Ecológica iniciada em 2019, na Regional Metropolitana, situada no Rio de Janeiro, durante a pandemia, quando vimos intensificar o grande problema da fome. Ela tem gestão coletiva/comunitária, gerida com doações feitas por cestantes da rede e atende 7 territórios, sendo majoritariamente de mulheres negras, composta de agricultoras(es) familiares e camponesas(es), agricultoras(es) urbanas(os) e sem terra, assentadas(os) da reforma agrária, educadores(as) e professoras(es), movimentos sociais, integrantes de ONGs e profissionais autônomos e consumidores, envolvendo 21 a 50 pessoas e beneficiando 501 a 1000 pessoas. Os temas abordados são agricultura urbana e periurbana, agrotóxicos e transgênicos, alimento, segurança e soberania alimentar, economia solidária e outras economias, educação e construção do conhecimento agroecológico.

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)



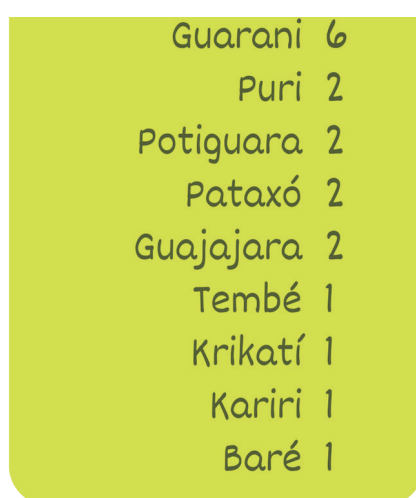
O mapeamento buscou identificar o envolvimento de Comunidades Tradicionais (PCTs), reconhecidos no Decreto 8750/2016, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais no território brasileiro. Destes, 10 representaram sujeitos envolvidos em experiências mapeadas no estado. A saber, das 260 experiências, 11 afirmaram envolver comunidades quilombolas, 7 indicaram a participação de povos indígenas e 5 indicaram a participação de povos e comunidades de terreiro ou povos e comunidades de matriz africana. Em menor número, estão os extrativistas (2), caboclos (1), caiçaras (1), pescadores artesanais (1) e povos ciganos (1) (Tabela 3).

quilombolas	11
povos indígenas	7
povos e comunidades de terreiro ou povos e comunidades de matriz africana	5
extrativistas	2
caboclos	1
caiçaras	1
pescadores artesanais	1
povos ciganos	1
outros	1

Tabela 3: Povos e comunidades tradicionais envolvidos nas experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

No que tange aos territórios das experiências agroecológicas com presença indígena, os dados nos permitem observar que estão predominantemente nas Regionais Metropolitana e Costa Verde, em meio rural e em articulação entre rural e urbano envolvendo cidades médias (com mais de 50 mil habitantes) e em contexto metropolitano.

No Rio de Janeiro, 9 experiências mapeadas no Rio de Janeiro identificaram a participação de uma diversidade de povos indígenas. Os Guarani assumem a maior representatividade dentre elas, com participação em 6 experiências. Outras etnias identificadas são Potiguara, Puri, Guajajara, Pataxó, Tembé, Baré, Krikati e Kariri.



Guarani	6
Puri	2
Potiguara	2
Pataxó	2
Guajajara	2
Tembé	1
Krikatí	1
Kariri	1
Baré	1

Tabela 4: Povos indígenas envolvidos nas experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Algumas experiências reconhecem a presença de mais uma etnia, como foram os casos do grupo **“Sementes da Terra”**, com abrangência rural e urbana, e **“Educação Ambiental, Ponto de Cultura, Produção e Beneficiamento alimentício e fitoterápico”**, de abrangência urbana, ambas da Regional Metropolitana.

A experiência **“Sementes da Terra”** nasceu em 2010 na aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir acesso às sementes para reflorestar áreas vazias e degradadas no meio urbano. A gestão é feita por mulheres indígenas de diversas etnias.



A experiência **“Educação Ambiental, Ponto de Cultura, Produção e Beneficiamento alimento e fitoterápico”**, nascida em 1997 na Serra da Misericórdia e seu entorno, está voltada para agroecologia, recuperação de áreas urbanas desmatadas, tecnologias sociais, ecopontos, reciclagem, educomunicação, distribuição de alimentos, encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho a partir das experiências e ensinamentos vividos em práticas e oficinas. Está vinculada ao Centro de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis Luis Poeta - Verdejar Socioambiental, e atua com parcerias para fortalecer vínculos entre moradores e entidades do território. Além de povos indígenas Puri, Potiguara, Guarani e Krikati, a experiência identifica a gestão realizada com participação igualitária de gênero, mas predominantemente por gestores brancos. Reconhece também a presença de povos de comunidades de terreiro, de religião de matriz africana e quilombolas.



Já a experiência **“Farinha de Pinhão”** fica na Regional Médio Paraíba, em um meio rural que abrange Visconde de Mauá e Resende. É a **experiência mais antiga** mapeada, de 1950, e caracterizada pelo trabalho de resgate do feitiço artesanal da farinha de pinhão por parte das mulheres. A venda em feiras auxilia na renda mensal destas, valorizando a mulher do campo, ao mesmo tempo em que resgata o fazer das tradições indígenas Puri. Sua gestão é comunitária e coletiva, concentrando povos tradicionais, agricultores familiares e extrativistas, liderada por mulheres.

3.5 Categorias das experiências



Figura 11: Categorias identificadas pelas 260 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

O mapeamento identificou categorias com as quais as experiências se identificam, a saber: Produção; Beneficiamento; Comércio (incluindo feiras e outras formas de venda de produtos); Consumo e gastronomia; Garantia de acesso a alimentos (enfrentamento à fome); Gestão de resíduos sólidos orgânicos (compostagem); Iniciativas de produção cultural e/ou de saúde (como salas de saúde, pontos de cultura e bibliotecas comunitárias etc.); Iniciativas de incidência política e/ou execução de políticas públicas; Iniciativas de construção do conhecimento.

A maioria das experiências se concentra na “produção de alimentos” (180 experiências), Em seguida, a categoria “comércio, feiras e outras formas de venda de produtos”, citada por 124 experiências. Destacam-se também o “beneficiamento” (81 experiências) e as iniciativas relacionadas à “construção do conhecimento” (ensino, pesquisa e extensão), com 77 experiências.

3.5.1 Produção

Dentre as 180 experiências de produção analisadas, a maioria, representando aproximadamente 68%, não possui certificação orgânica. Por outro lado, cerca de 26% dessas experiências obtiveram certificação por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Além disso, 5% das iniciativas foram certificadas por meio de Organismo de Controle Social (OCS), enquanto apenas cerca de 1% das experiências conseguiram certificação por meio de auditoria externa.

Em relação aos destinos da produção, das 180 experiências analisadas, a maioria, representando aproximadamente 87%, está envolvida em algum tipo de comercialização. Cerca de 80% das iniciativas têm sua produção destinada ao autoconsumo, e aproximadamente 30% das experiências fazem doações (Figura 12).

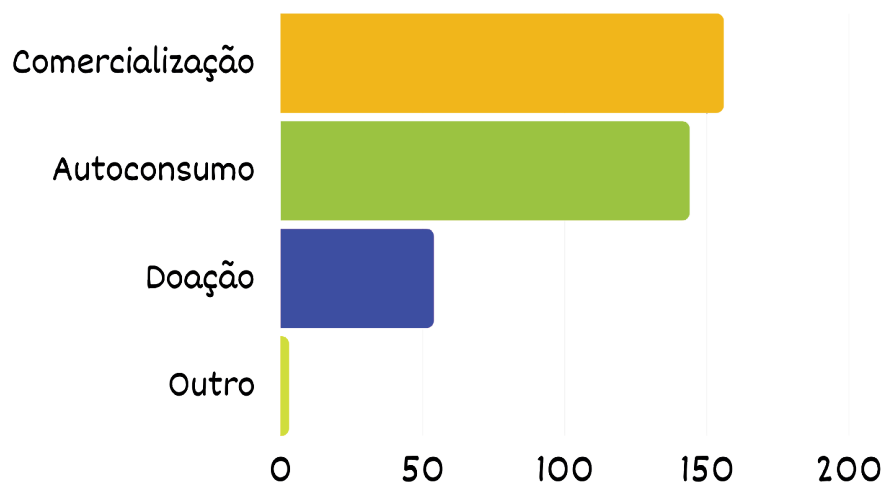


Figura 12: Destino da produção das 180 experiências de produção em agroecologia mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Das experiências que comercializam suas produções, a maioria, representando cerca de 76%, opta por feiras. Em seguida, aproximadamente 46% das iniciativas utilizam cestas agroecológicas e serviços de delivery para chegarem aos consumidores. Cerca de 28% das experiências vendem em pontos de venda formais, enquanto aproximadamente 26% vendem em pontos informais. Além disso, aproximadamente 23% das iniciativas comercializam por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e cerca de 16% participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Chama a atenção a referência aos pontos de venda formais e informais. A existência desses canais demonstra que há, mesmo que incipiente e invisibilizada, a integração das(os) agricultoras(es) nos espaços alimentares das localidades em que vivem.

Esses mecanismos, comumente chamados de informais devido aos contratos geralmente verbais, refletem as relações de proximidade entre produtores e consumidores. Eles se fundamentam em aspectos históricos, tradição, estilo de vida, preocupações com a segurança alimentar e, de modo geral, no saber cultural de seus processos de produção.

Nesse sentido, a diversidade de canais de comercialização identificados no mapeamento nos provoca a olhar para as diferentes estratégias de agricultores e suas organizações para construir mercados. Mais do que focar nos canais de venda, entender a estratégia

contribui para a construção de propostas de políticas públicas que fortaleçam as iniciativas em curso nos territórios.

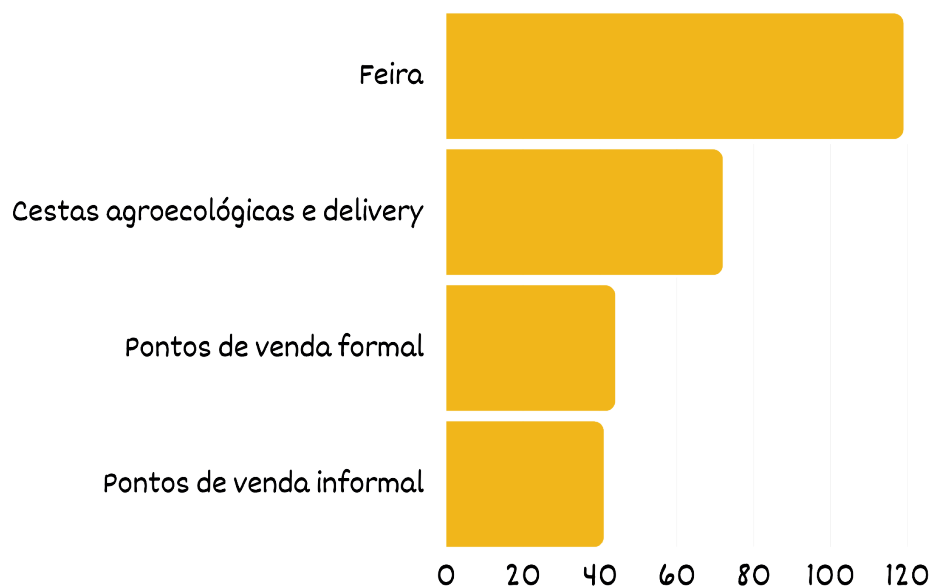


Figura 13: Formas de comercialização de 156 experiências de produção mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Já em relação aos beneficiários das 54 experiências de doações, a maioria, representando cerca de 57%, são famílias em situação de vulnerabilidade. Aproximadamente 26% das doações são destinadas a cozinhas comunitárias, enquanto cerca de 22% atendem estudantes de escolas e creches, também 22% doam para instituições beneficentes (Figura 14).

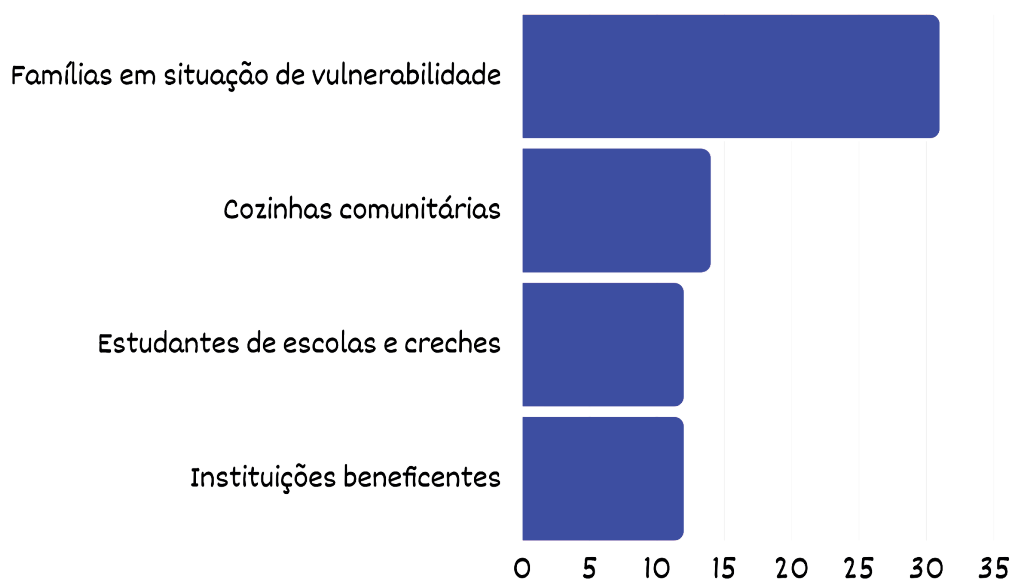


Figura 14: Beneficiários das 54 experiências de produção que fazem doações, mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

A experiência protagonizada pelo casal **Fábio e Sandra** está localizada em Bom Jesus do Itabapoana, na região Noroeste. Teve início em 2005, impulsionada pelo projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. O casal cultiva em um sistema agroflorestal uma variedade de hortaliças, como alface, couve, cheiro verde e beterraba, além de milho, inhame e mandioca. Estão envolvidos nessa experiência agricultores e agricultoras familiares, jovens e crianças. Possui certificação orgânica por meio de OCS. A produção se destina ao autoconsumo, à comercialização e à doação. Além de participarem de feiras, o casal de agricultores fornece produtos para o PNAE. Sua produção também é destinada a doações para famílias em situação de vulnerabilidade social.



3.5.2 Comércio

No que diz respeito às experiências de comércio, as feiras assumem um papel central, representando aproximadamente 67% das práticas comerciais identificadas, seguidas de entrega de cestas e delivery, que correspondem a cerca de 20%. Além disso, foram mencionados mercador e barracas avulsas (Figura 15).

As feiras têm uma importância histórica e cultural significativa, sendo as primeiras práticas de comercialização acessadas ou mobilizadas para os alimentos agroecológicos em diversas regiões do país. Além de pontos de venda, são espaços de intercâmbio de conhecimentos, onde as agriculturas, suas comunidades e os alimentos produzidos localmente ganham visibilidade. As feiras também desempenham um papel importante no resgate da memória alimentar e na construção de relações significativas entre agricultores(as) e consumidores(as), que transcendem simples transações comerciais.

As cestas agroecológicas emergem como uma estratégia de grande relevância, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Elas se tornaram alternativas valiosas para garantir o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis. Os dados do mapeamento evidenciam a capacidade adaptativa das experiências frente à conjuntura sanitária, utilizando novas tecnologias de vendas digitais.

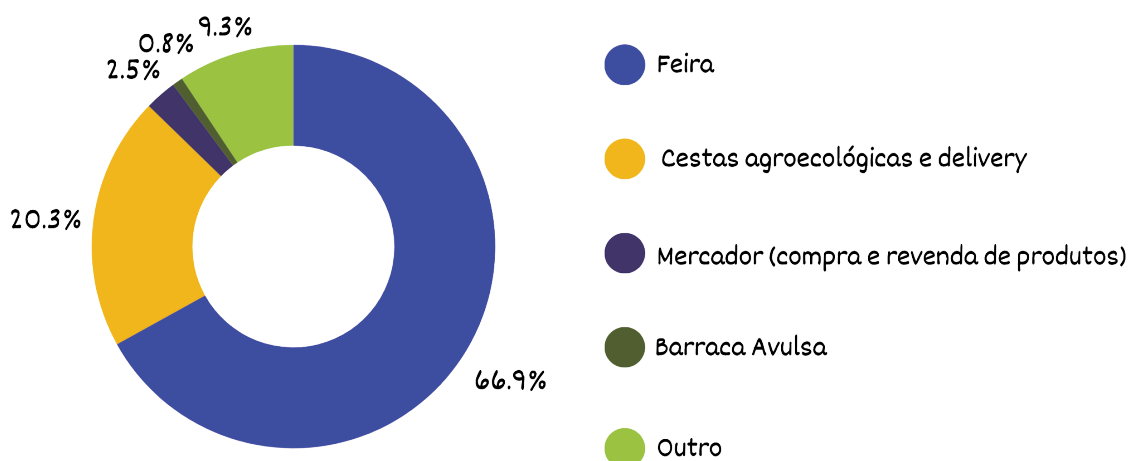


Figura 15: Identificação das 124 experiências de comércio em agroecologia mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

A **Feira da Roça da AFERNI** (Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu) é representativa das feiras organizadas pelas próprias famílias agricultoras e envolve outros movimentos, como o da economia solidária de Nova Iguaçu e a associação de artesanato do município. Inclusive, a Feira da Roça está instituída em Lei Municipal (Lei 4753/2018), a qual mostra que a feira é também um movimento social capaz de garantir seu espaço como direito e que cumpre múltiplas funções – geração de renda e autonomia econômica para agricultoras(es), valorização da cultura popular e abastecimento de alimentos agroecológicos.

3.5.3 Beneficiamento

Das 81 experiências de beneficiamento mapeadas, a maioria, representando cerca de 81,5%, não possui acesso a programas de inclusão produtiva com segurança sanitária, destacando uma lacuna significativa nessa área. Dessas 81 experiências, 58% contam com uma marca ou rótulo para seus produtos, indicando um esforço para estabelecer identidade e reconhecimento.

O mapeamento revelou que as cozinhas caseiras são o espaço de beneficiamento mais utilizado, abrangendo 67% das experiências. Esse destaque evidencia não apenas o valor econômico atribuído a esses espaços, mas também a natureza artesanal e familiar dos processos, frequentemente liderados por mulheres. Essa constatação sublinha a importância de políticas públicas que reconheçam e apoiem essas práticas, oferecendo instrumentos de capacitação e regulamentação que garantam a qualidade e segurança dos produtos.

Além das cozinhas caseiras, outras instalações são mencionadas, como cozinhas industriais, que representam 15% das experiências que indicaram essa categoria, e galpões, laboratórios ou espaços anexos, presentes em cerca de 9% das iniciativas.

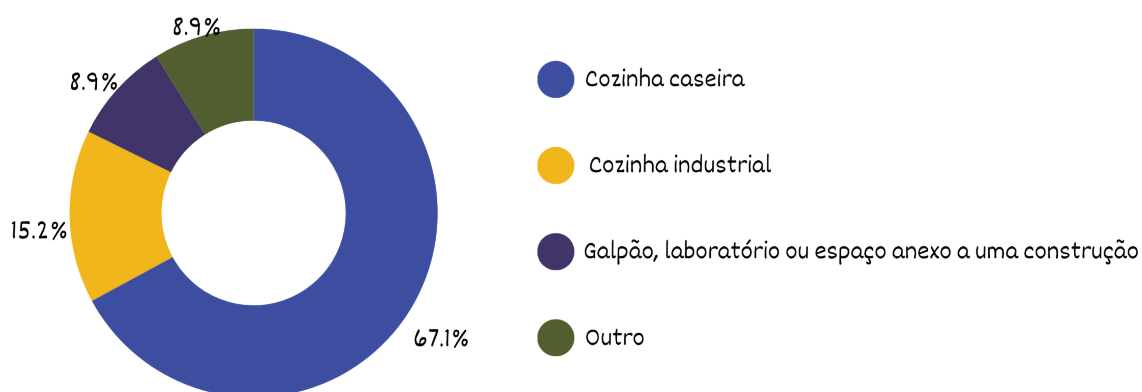


Figura 16: Espaços de beneficiamento utilizados por 81 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro, conforme Projeto Afluentes do Rio, 2023

A jornada do **Sítio Vinhático**, localizado em Bananeiras, município de Silva Jardim (regional Serramar), teve início em 2020, com a aquisição de uma propriedade por três mulheres. Atualmente são quatro mulheres, e juntas elas formam um coletivo que promove a agroecologia na região, revitalizando áreas anteriormente desmatadas com sistemas agroflorestais (SAFs) e pequenas plantações. Essa experiência coletiva e comunitária é conduzida principalmente por mulheres brancas, no meio rural, com alcance municipal. Integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Sítio Vinhático tem como espaço de beneficiamento uma cozinha caseira, onde os produtos são preparados e embalados com rótulos e marca específica.



3.5.4 Acesso aos alimentos

Foram identificadas 42 experiências que se alinham com a categoria de garantia de acesso a alimentos, visando enfrentar a fome. Essas iniciativas se dividem principalmente entre a distribuição de marmitas/cestas, representando cerca de 51%, seguidas por doação (12%), cozinha comunitária (12%), merenda escolar (10%), produção em hortas para subsistência (7,3%) e outras experiências (7,3%) (Figura 17).

Esses esforços demonstram uma variedade de abordagens utilizadas para combater a insegurança alimentar e garantir o acesso a alimentos básicos para as comunidades.

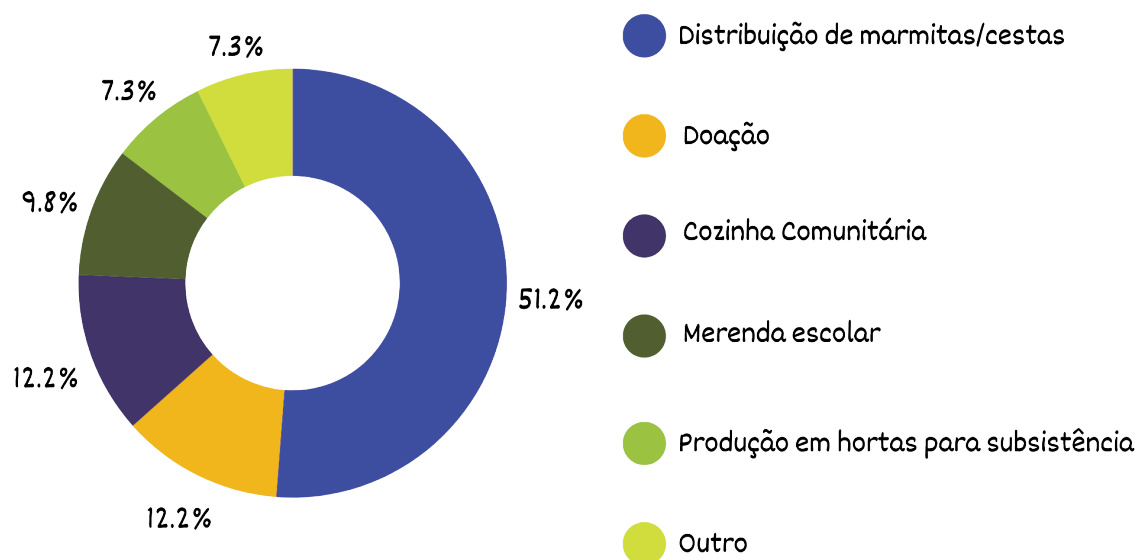


Figura 17: Identificação das 42 experiências em agroecologia de acesso a alimentos do estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

○ **Mutirão Solidário CEDAC (Centro de Ação Comunitária)** é uma experiência de garantia de acesso a alimentos e enfrentamento à fome, por meio da distribuição de marmitas e cestas. Iniciado em 2020, é conduzido por uma organização dedicada à Educação Popular. A gestão dessa iniciativa é coletiva e comunitária, liderada principalmente por mulheres. Uma ampla gama de atores está envolvida, desde agricultores familiares e camponeses até agricultores urbanos, assentados de reforma agrária, educadores, estudantes, profissionais de saúde e membros de povos e comunidades tradicionais.

Embora nunca tivessem realizado ações assistenciais anteriormente, diante da emergência provocada pela pandemia de Covid-19 e da necessidade urgente de proteção sanitária, o Mutirão Solidário CEDAC assumiu o desafio de fornecer apoio alimentar para as famílias mais vulneráveis e para a população em situação de rua. Adquirindo alimentos diretamente de agricultoras e agricultores que enfrentavam

dificuldades no escoamento da produção, o grupo uniu esforços para não apenas fornecerem comida, mas também transmitirem informações importantes sobre autocuidado e oferecerem atenção e afeto às pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Mutirão distribuiu cerca de 250 toneladas de alimentos, beneficiando diretamente cerca de 7000 pessoas. A iniciativa se estendeu além dos limites urbanos, articulando uma rede estadual entre áreas rurais e urbanas, incluindo diferentes cidades: Angra dos Reis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Magé e Rio de Janeiro (Morro da Providência, Morro da Babilônia, Chapéu Mangueira, Morro do Borel, Complexo do Turano, Gamboa, Penha, Tavares Bastos, Acari, Rio Comprido, Lapa e Glória).



3.5.5 Construção do conhecimento

Das 77 experiências de construção do conhecimento identificadas no mapeamento, a maioria, correspondendo a aproximadamente 42%, refere-se a grupos informais, sem vínculo institucional estabelecido. Em seguida, outras experiências não listadas representam cerca de 25% das iniciativas, seguidas de Núcleos de Estudo em Agroecologia e projetos de extensão, ambos com aproximadamente 12%. Projetos de pesquisa compreendem cerca de 9% das experiências registradas. Dentre as atividades mencionadas nas categorias “outros”, destacam-se rodas de conversa, palestras, seminários e atividades pedagógicas realizadas em hortas e espaços de produção.

Essas experiências demonstram a diversidade de possibilidades para a construção do conhecimento agroecológico, evidenciando a importância de espaços informais de troca de saberes e práticas, bem como o papel fundamental de programas formais em universidades e institutos de pesquisa.

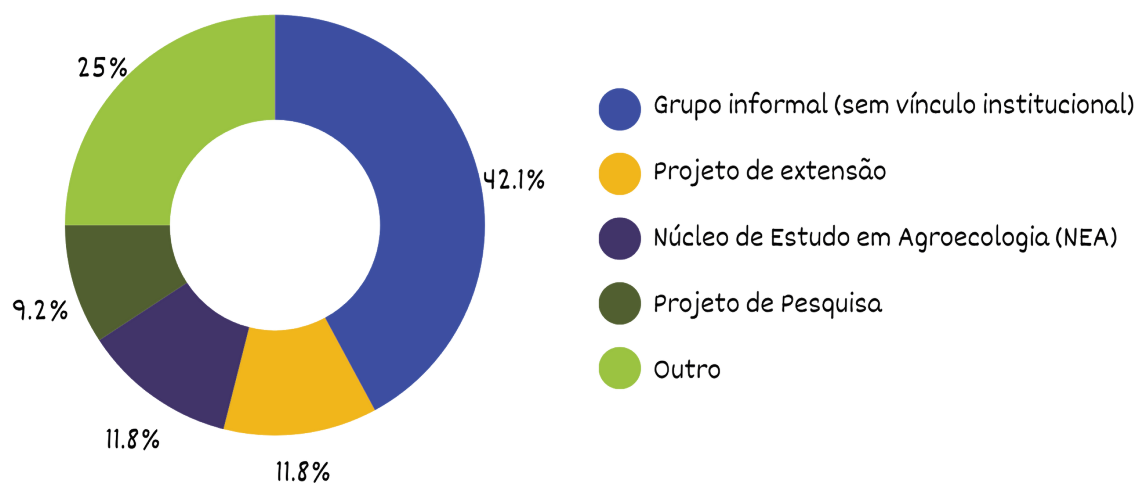


Figura 18: Identificação das 77 experiências em agroecologia de produção do conhecimento no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

A experiência **NEA CHAIA**, um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), teve início em 2020 e desde então tem sido um ponto de convergência para atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da agroecologia. Tais atividades abrangem os municípios de Casimiro de Abreu, Macaé, Rio das Ostras e Silva Jardim (região Serramar).

No âmbito da extensão popular, há um protagonismo de mulheres pardas na organização política, produção e comercialização de produtos. No âmbito da pesquisa, os eixos são: políticas públicas e iniciativas autogestionárias na agroecologia; mulheres e agroecologia e conflitos socioambientais. O NEA se vincula à Universidade Federal Fluminense, campus de Rio das Ostras, fazendo parte da Rede de Agroecologia da UFF de Rio das Ostras, fortalecendo os laços



A experiência **“Sítio e RPPN Águas Claras Unidade Permacultural Demonstrativa associada à Agricultura Sintrópica”**

é um projeto de pesquisa apoiado pela FAPERJ, pelo Instituto Federal Fluminense e pelo CNPq. Seu objetivo é demonstrar técnicas integradas à transição agroecológica, aliadas à conservação da natureza, para os proprietários rurais da região da Área de Proteção Ambiental do Procura, em Conceição de Macabu.

Este projeto envolve a implantação de um Sistema Agroflorestal (SAF) Medicinal e Aromático, bem como um SAF de frutíferas e espécies nativas no entorno imediato da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN Águas Claras I). Além disso, tem como objetivo servir de inspiração para processos relacionados à transição agroecológica na Região Hidrográfica IX do estado do Rio de Janeiro.

Abrangendo os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, este projeto está em andamento desde 2021.

O **Sítio da Boa Amizade**, de gestão familiar, é também uma experiência de produção de conhecimento por meio de um grupo formal (sem vínculo com universidades e instituições de pesquisa). Está localizado em Campos dos Goytacazes, na Região Norte, no Assentamento de Reforma Agrária Zumbi dos Palmares, núcleo 4. Fundado em 2008, este projeto emergiu de debates sobre agroecologia e foi impulsionado pela escolinha de agroecologia, uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra e de outros grupos defensores da agricultura familiar camponesa na região.

Desde o seu início, o Sítio da Boa Amizade se dedicou à diversificação da produção, incorporando uma variedade de espécies animais e vegetais, incluindo espécies nativas, frutíferas e leguminosas. O objetivo principal era romper com a monocultura da cana-de-açúcar, promovendo qualidade de vida e adotando práticas sustentáveis, como a eliminação do uso de agrotóxicos em favor de alternativas mais saudáveis. Como resultado, alcançou não apenas viabilidade econômica, mas também fortaleceu os laços familiares no manejo da propriedade e no investimento em equipamentos e

maquinário para aprimorar os processos de trabalho.

3.5.6 Produção cultural e saúde

Na categoria de iniciativas de produção cultural e/ou de saúde, foram identificadas 49 experiências. Do total, aproximadamente 59% consistem em experiências de terapias alternativas, uso de plantas medicinais e outros. Cerca de 18% dessas iniciativas se autodenominam como pontos de cultura, enquanto 4% são reconhecidas como bibliotecas comunitárias e 4% como salas de saúde (Figura 19).

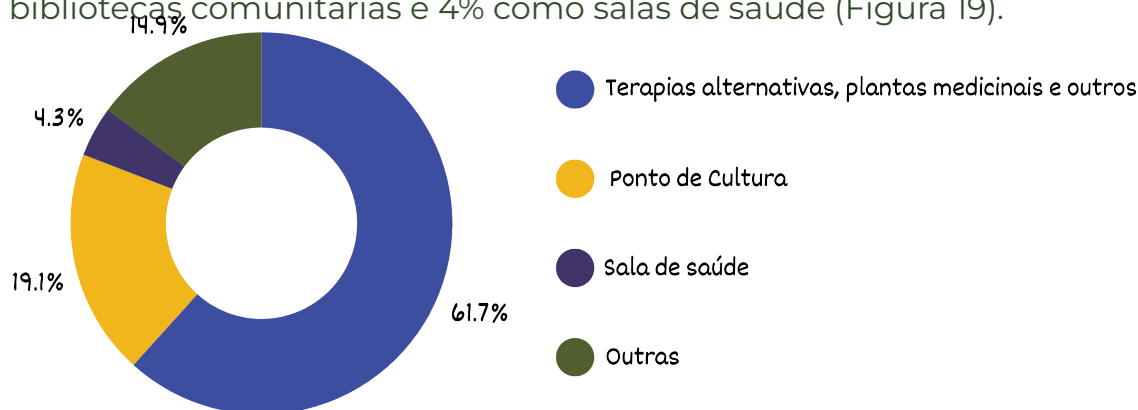


Figura 19: Tipos identificados em 49 experiências em agroecologia do estado do Rio de Janeiro identificadas na categoria produção cultural e/ou saúde no Projeto Afluentes do Rio, 2023

Algumas respostas classificadas como “outros” consistem em eventos como shows e desfiles de movimentos da cultura popular, oficinas, festas e apresentações musicais ou culturais.

A experiência de saúde **Sítio Agroecológico São José** começou em 2011. Com mais de 20 anos de experiência no ramo de produção orgânica, Senhor Francisco começou sua jornada em Minas Gerais e hoje se encontra no município de Aperibé (Noroeste), junto com sua família. Produz orgânicos e ervas medicinais, incluindo a produção de chás, hidrolatos, óleos essenciais e óleos vegetais. Objetiva futuramente a expansão para o ramo da desidratação de alimentos, visando ao fornecimento para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Sítio Agroecológico São José é a única experiência que relatou acesso à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF).

A Experiência **Ile Axé Oba Labi**, um ponto de cultura, e também uma experiência de saúde, começou em 2023, na cidade do Rio de Janeiro (região Metropolitana). O Quintal das Pedrinhas Miudinhas representa um resgate das práticas ancestrais de conexão com a natureza, dedicado à preservação e proteção das plantas tradicionais de matriz africana. A produção para o consumo livre de agrotóxicos é também uma prática essencial.

Além de ser um espaço de cultivo e preservação, o local é um centro de atividades socioeducativas e culturais, no qual são promovidos eventos e encontros. Faz parte do Arranjo Local de Guaratiba, do GT de Combate do Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Ambientalista do Rio de Janeiro e tem parceria com o Projeto Ará (Fiocruz Mata Atlântica).



3.6 Acesso a políticas públicas

A maioria das experiências (63%) indicou não acessar nenhuma política pública (Figura 20). Embora possa ter havido uma subnotificação devida à não percepção por parte dos protagonistas de que determinada ação é uma política pública (por exemplo, a assessoria técnica ou assistência social), este dado tão expressivo indica o quanto são incipientes, em todos os níveis, as ações dos governos de apoio à agricultura familiar e à promoção da segurança alimentar e nutricional no estado do Rio de Janeiro. Cabe lembrarmos, conforme já discutimos em seções anteriores, o processo de desmonte das políticas públicas federais vivenciado entre 2016 e 2022.

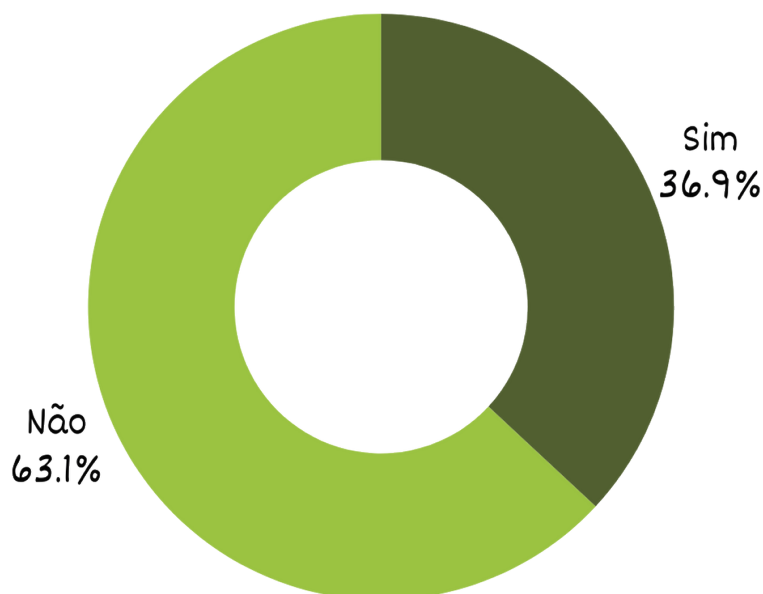


Figura 20: Acesso a políticas públicas pelas 260 experiências mapeadas no estado do Rio de Janeiro. Projeto Afluentes do Rio, 2023

Das 96 experiências que afirmaram ter acessado políticas públicas, as mais citadas foram o PNAE (45%), seguido pela Lei da Agricultura Orgânica – Certificação (34%), e o PAA (33%). Além dessas, destacam-se o Programa Nacional de Agricultura Familiar (26%), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (18%), e o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Rio de Janeiro, conhecido como Rio Rural (8%).

Os dados de acesso significativo ao PNAE e ao PAA mesmo no período de desmonte das políticas federais indicam a importância de políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional para o fortalecimento da agricultura familiar. A ampliação do acesso a essas duas políticas públicas no estado do Rio de Janeiro se configura como um grande desafio a ser enfrentado pelas organizações da sociedade civil e pelos governos dos municípios, estadual e federal.

Entre as “outras” políticas públicas mencionadas, estão principalmente aquelas de âmbito municipal.

Políticas públicas acessadas	
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	43
Lei da Agricultura Orgânica (Certificação)	33
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	32
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)	25
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	17
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Rio de Janeiro (Rio Rural)	8
Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)	5
Lei Aldir Blanc	4
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	3
Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana	2
Política Nacional da Biodiversidade (PNB)	1
Outras	13

Tabela 5: Políticas públicas acessadas por 96 experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro mapeadas no Projeto Afluentes do Rio, 2023

3.7 Conflitos, dificuldades, demandas e necessidades

Conflitos

As naturezas dos conflitos são diversas e muitas das vezes as experiências vivenciam problemáticas em simultâneo. O uso de agrotóxicos, seguido pela especulação imobiliária, as monoculturas e a pecuária foram questões amplamente citadas e exemplos de conflitos que caracterizam o latifúndio e as práticas do agronegócio fluminense.

Esses problemas ameaçam a Segurança Alimentar e Nutricional, além do acesso ao DHAA no estado.

Também foram citadas milícias e narcotráfico e as manifestações do modelo hegemônico de desenvolvimento, como as consequências de grandes obras de infraestrutura e da exploração de petróleo em algumas regiões. Construção civil, aterros sanitários, extrativismo e turismo predatórios também foram destacados (Figura 21). Tais conflitos identificados qualificam as formas como o grande capital atua nos territórios do Rio de Janeiro, bem como a crescente presença da milícia e do tráfico de drogas, para além das áreas urbanas de maior densidade.

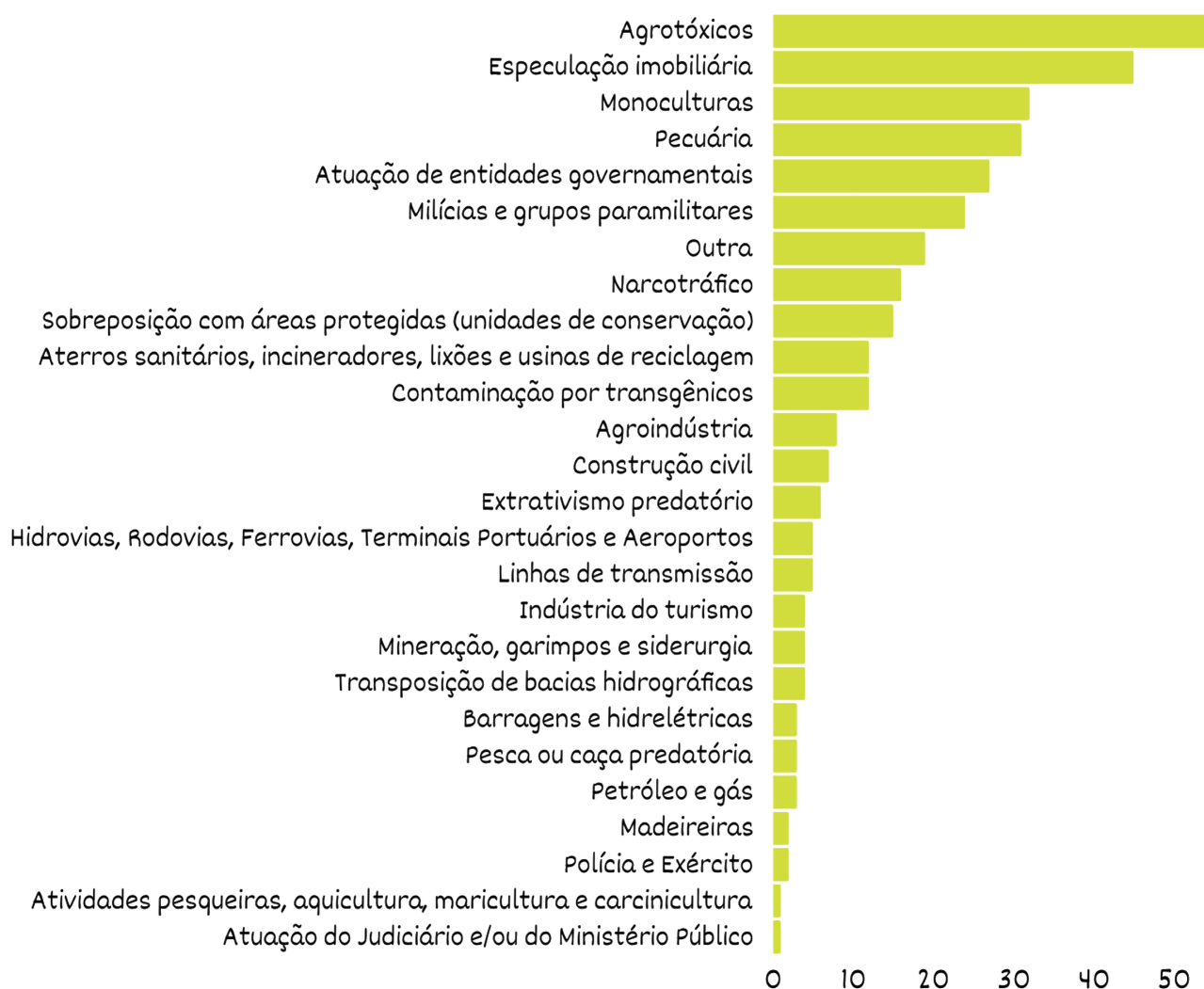


Figura 21: Principais geradores de conflitos identificados pelas 260 experiências em agroecologia mapeadas no estado do Rio de Janeiro. Projeto Afluentes do Rio (2023)

Demandas e necessidades

As demandas e necessidades identificadas pelas experiências abrangem diversas áreas-chave que demandam atenção e apoio para o fortalecimento das práticas em agroecologia. Entre essas demandas, destacam-se a necessidade de infraestrutura e insumos, apoio na comercialização, capacitação por meio de cursos e troca de experiências (Figura 22).



Figura 22: Demandas e necessidades identificadas pelas 260 experiências em agroecologia mapeadas no estado do Rio de Janeiro no Projeto Afluentes do Rio (2023)

4. Elementos para uma agenda de debates e pesquisas

- 0 Segurança Alimentar e Nutricional é o campo temático mais destacado no mapeamento. É um conceito mobilizador de um conjunto expressivo de experiências como, por exemplo, aquelas dedicadas à doação de alimentos para grupos mais vulnerabilizados socioeconomicamente.
- 0 As escalas principais de abrangência das experiências são de âmbito municipal e intermunicipal. Isso denota a predominância de uma diversidade de experiências “locais”, mas que também podem se estender além dos seus municípios por meio de participação em redes e articulações regionais.
- 0 O mapeamento, ao evidenciar o protagonismo das mulheres na gestão das experiências em agroecologia, provoca a discussão sobre como essas experiências manifestam as práxis femininas, em seu modo de lidar com o território, com gestão de recursos, com as sociabilidades (incluindo a articulação em redes) e a política. Por outro lado, suscitam reflexões de como as políticas públicas podem apoiar o trabalho dessas mulheres e desenvolver instrumentos adequados às suas demandas e necessidades.
- 0 Os resultados evidenciam que a maioria das experiências é gerida por pessoas brancas, o que é reflexo das desigualdades estruturais e históricas no acesso à terra e aos recursos enfrentados pelas comunidades negras e indígenas. Essa realidade sublinha a importância de se abordar ativamente essas desigualdades e promover políticas e práticas que reconheçam e valorizem o conhecimento e as contribuições das comunidades tradicionais e afrodiaspóricas para a agroecologia.
- 0 O Censo 2022 também ressalta que o estado do Rio de Janeiro apresenta uma taxa de desemprego de 11,3%, sendo o estado do Sudeste com a maior taxa de desocupação (IBGE, 2023). Diante dessa realidade, cabe refletirmos em que medida as experiências

agroecológicas estão proporcionando oportunidades significativas de geração de trabalho e renda para as famílias, e se os protagonistas das experiências também estão inseridos em relações de trabalho precárias.

- 0 A maioria das experiências indicou que não acessa nenhuma política pública (63%). Esse percentual elevado é um alerta para o desmonte e a falta de garantia de direitos, especialmente a partir de 2016. É importante manter a vigilância por meio de pesquisas e monitoramentos contínuos, liderados por frentes parlamentares, movimentos sociais como a AARJ, Conselhos Gestores como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e os conselhos de alimentação escolar, além do Ministério Público, para pressionar por uma intervenção nesse campo. É essencial cobrar dos municípios a implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e o acesso às políticas destinadas à agricultura familiar, à agroecologia e à SAN, que são descentralizadas e devem ser direcionadas diretamente dos governos federal e estadual para os municípios.
- 0 Os campos temáticos que mobilizam as experiências devem ser considerados nas discussões e no desenho das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro. A construção, a implementação, os aspectos de regulação, bem como as negociações políticas e institucionais para que as políticas cheguem aos territórios, precisam partir dos acúmulos das redes e articulações locais e regionais. É importante também levar em consideração como os temas estão expressos nas políticas setoriais que são bases para as incidências políticas da AARJ no estado, nas regiões e nos municípios, e como se articulam às estratégias e políticas de desenvolvimento territorial, tanto em territórios rurais como urbanos. Por exemplo, a importância de garantir que as políticas de SAN e enfrentamento da fome, como o PAA e o PNAE, estejam integradas em programas como o Rio Rural e, no próprio plano de implementação da PEAPO do estado. A construção das políticas e dos planos e a garantia de orçamento público precisam levar em consideração a articulação entre focos temáticos e setoriais e o enfoque territorial.

- 0 Os resultados relacionados à comercialização e ao acesso às políticas públicas destacam a urgência de ampliar os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para incluir a compra de alimentos destinados à distribuição gratuita para populações vulneráveis e às cozinhas solidárias. Durante a pandemia, houve uma mobilização expressiva em torno do PAA, evidenciando a necessidade de maior investimento e abrangência dessa política. Além disso, é fundamental que as feiras e o PNAE estejam incluídos nos planos de execução das políticas e nos respectivos orçamentos, recebendo apoio técnico e financeiro para a sua expansão e consolidação.
- 0 Alguns temas abordados, como a agricultura urbana, já contam com legislação estadual, embora ainda não regulamentada. Os resultados aqui contidos podem desempenhar um papel fundamental na articulação desse processo, considerando os espaços de influência política já estabelecidos pela AARJ. Isso inclui espaços parlamentares, como a Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia e da Economia Solidária e a Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, assim como espaços de participação e controle social, como o CONSEA-RJ.
- 0 As dificuldades, demandas e necessidades identificadas pelas experiências ressaltam, para organizações de assessoria e órgãos governamentais, a importância de projetos e políticas públicas que integrem ações de construção do conhecimento – como assessoria técnica, formação e apoio à gestão – com o atendimento às demandas materiais das experiências. Isso envolve garantir acesso a insumos, equipamentos e tecnologias sociais, além de oferecer suporte logístico para a comercialização dos produtos agrícolas. Por exemplo, a agricultura urbana, com suas demandas relacionadas ao acesso a insumos, como sementes, e as dificuldades de obter financiamento público e acesso à terra em contextos urbanos. É importante mapear as políticas e programas que poderiam atender essas demandas, mesmo sem uma política nacional de Agricultura Urbana ou mesmo sem a regulamentação da Política Estadual de Agricultura Urbana do Rio de Janeiro.

5. Do Mapeamento para a PEAPO RJ

O mapeamento visa subsidiar processos que assegurem, com qualidade e estrutura adequada, a implementação das políticas públicas em território fluminense. O estado do Rio de Janeiro possui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica (PEAPO), estabelecida pela Lei 8.625/2019.

A participação da AARJ na PEAPO envolve uma série de disputas, começando pela garantia do direito à participação sociopolítica e controle social na sua formulação e execução. Além disso, representa a luta histórica pelo acesso ao orçamento público por parte das experiências em agroecologia e seus protagonistas, e mesmo a própria definição de agroecologia. A Lei nº 9.822, de 26 de agosto de 2022, reserva 2,5% dos recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano anualmente para a implementação da PEAPO, e, conseqüentemente, para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO).

No entanto, mesmo com a existência da lei, esses recursos ainda não estão garantidos e implementados, nem está clara como será a destinação de recursos por parte da Secretaria de Agricultura, Pesca e Agropecuária do governo do estado do Rio de Janeiro.

É essencial que o PLEAPO e os programas governamentais correspondentes estejam alinhados com as realidades das experiências em agroecologia, que operam de forma coletiva e em redes territoriais. Portanto, é crucial que a AARJ, suas regionais e grupos de trabalho se apropriem do mapeamento para influenciar politicamente as disputas existentes e garantir que a PEAPO seja um direito acessado pela população fluminense.

Além das políticas sob responsabilidade do governo estadual e das prefeituras municipais, é fundamental que as políticas públicas federais de apoio à agricultura familiar, agroecologia e de promoção

da segurança alimentar e nutricional, como as políticas nacionais de agroecologia e produção orgânica e de abastecimentos considerem os aprendizados, bem como as demandas e necessidades das experiências em agroecologia no Rio de Janeiro, identificadas neste mapeamento.



Referências

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGROECOLOGIA EM REDE. Mapeamentos. **Agroecologia em Rede**, 2023. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

ALENTEJANO, Paulo. A evolução do espaço agrário fluminense. **Revista GEOgraphia**, ano 7, n. 13, 2005.

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Trabalho Necessário**, v. 20, p. 1-30, 2022.

ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA; FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Caderno Pedagógico**: Agroecologia, desenvolvimento territorial e políticas públicas. Rio de Janeiro: ANA/FASE, 2014.

AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA; PACS – INSTITUTO DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro**: caderno de experiências agroecológicas. Rio de Janeiro, 2014. 249 p.

BRASIL. Insegurança alimentar no Brasil cai 30% e 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil. **gov. br**, 12/03/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/inseguranca-alimentar-no-brasil-cai-30-e-13-milhoes-de-pessoas-deixaram-de-passar-fome-no-brasil>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRITTO PEREIRA, Monica Cox *et al.* Desenvolvimento Participativo de Metodologias e Processos de Construção do Conhecimento Agroecológico no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

CUFA – CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Pandemia na favela:** a realidade de 14 milhões de favelado no combate ao novo coronavírus. 2022. Disponível em: <https://www.temgentecomfome.com.br/#block-36192>. Acesso em: 13 jul. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação Quilombola. **gov.br**, 11/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 05 mai. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Ministério do Planejamento e Orçamento. Governo Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017:** Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/09/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Quilombolas. Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

LINHARES, Maria Yedda. **História do abastecimento:** uma problemática em questão (1530-1918). Rio de Janeiro: Binagri, 1979. (Coleção Estudos sobre Desenvolvimento Agrícola, n. 5).

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. **Revista de História Regional**, v. 20, p. 232-251, 2015.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição:** Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PALM, Juliano Luís. **Processos de transição agroecológica:** ecologia de projetos: uma abordagem pragmática territorial e sistêmica na região Serrana Fluminense. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PRADO, Bruno A. Novas conexões entre o rural e o urbano. **Agriculturas**, v. 12, n. 2, jun. 2015. Disponível em: https://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Agriculturas_V12N2_Editor-Convocado.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN:** Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento I: Insegurança Alimentar nos estados. Rede PENSSAM, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEstados-Diagramac%CC%A7a%CC%83o-V4-R01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

TRABUCO, Gismália Luiza Passos. **Comida Importa?** A política dos alimentos na trajetória de conformação do Estado do Rio de Janeiro como importador de alimentos. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.